

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Unidas Brasileiras

NUPAUB

► *Série Documentos
e Relatórios de
Pesquisa*

Antonio Carlos Diegues



NUPAUB-USP

**NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas
Úmidas Brasileiras – USP**

Center for Research on Human Population and Wetlands in Brazil – USP

**COMUNIDADES LITORÂNEAS E UNIDADES
DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: CONVIVÊNCIA
E CONFLITOS**

O caso de Guaraqueçaba, Paraná

**LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA CUNHA (COORDENADORA)
MARIE DOMINIQUE ROUGEULLE (PESQUISADORA)
MIGUEL FERNANDO VON BEHR (CONSULTOR)**

Orientação:

PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS DIEGUES

Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º3

São Paulo
2004

ÍNDICE

Apresentação	04
Prefácio	05
Introdução	06
As economias tradicionais: Premissas básicas.....	07
1. Formas tradicionais de utilização do espaço e dos recursos naturais do litoral do Paraná	09
2. Formas atuais de utilização do espaço e dos recursos naturais	14
2.1. O universo da Pesquisa.....	14
2.1.1. Aspectos geográficos.....	14
2.1.1.1 Tromomó.....	14
2.1.1.2 Ilha das Peças.....	14
2.1.2 Aspectos demográficos e Configuração Espacial Interna das Comunidades.....	14
2.1.2.1 Tromomó.....	14
2.1.2.2 Ilha das Peças.....	16
2.2 A pesca em Tromomó e Ilha das Peças.....	17
2.2.1.2 Os Apetrechos de Pesca.....	19
2.2.2 Os locais e pontos de pesca.....	22
2.2.2.1 Os locais de Pesca.....	22
2.2.2.2 Os Pontos de Pesca.....	23
2.2.3 Ciclo da Pesca.....	24
2.2.3.1 Tromomó.....	24
2.2.3.2 Ilha das Peças.....	25
2.2.3.3 Lua, Ventos, Chuva.....	25
2.2.4 O tratamento e a Comercialização do Pescado.....	26
2.2.4.1 A tratamento do Pescado.....	26
2.2.4.2 A Comercialização.....	27
3. Formas tradicionais e atuais de utilização do espaço e dos recursos naturais: uma análise comparativa	28
4. Propostas para a implantação de um desenvolvimento sustentado na região	37
4.1 Fundamentos básicos.....	37
4.2 Propostas.....	39
4.2.1 Requisitos Econômicos.....	39
4.2.2 Requisitos Sócio-Culturais.....	41
4.2.3 Requisitos ambientais.....	41
4.2.4 Requisitos Jurídicos.....	42
4.2.4.1 A noção de Reserva da Biosfera.....	45
4.2.4.2 O conceito de Reservas Extrativistas.....	45
5. Considerações finais.....	46
6. Referências Bibliográficas.....	47
ANEXO 1.....	50

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho trata das relações entre populações litorâneas e áreas de proteção ambiental, foi realizado por uma equipe interdisciplinar de pesquisa, e está inserido nas preocupações da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo em estimular estudos que contemplem as relações entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais. Ele se revela ainda mais importante neste momento em que a Universidade de São Paulo começa oferecer um curso pioneiro de pós-graduação em Ciência Ambiental, cujos objetivos giram em torno de estudos integrados da dinâmica terrestre, tendo em vista a magnitude e a especificidade dos problemas ambientais brasileiros. Esse curso procurará abranger os diversos campos de conhecimento, identificando as disponibilidades e avaliando os impactos do uso de recursos naturais, fontes energéticas e tecnologias na formação do saber e nas estruturas do poder.

Apoiando a iniciativa dessas pesquisas interdisciplinares e inter-institucionais em temas ambientais atuais, a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo enfatiza a necessidade de um número maior de pesquisas de campo no âmbito da ciências ambientais nas quais o presente trabalho é um exemplo.

Prof. Dr. Erney Plessman de Camargo

Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo – 1989

PREFÁCIO

Produto do Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, (Convênio USP-IUCN-F. FORD), este estudo tem como preocupação central caracterizar as formas de utilização do espaço e dos recursos naturais das populações litorâneas da região de Guaraqueçaba (PR), como também desenvolver propostas que compatibilizem as atividades econômicas e culturais da região com a proteção ambiental.

Para tanto, procedeu-se a levantamentos preliminares das formas tradicionais e atuais de apropriação do espaço e exploração dos recursos em seus aspectos social, econômico e ambiental, numa perspectiva comparativa, e buscou-se apontar os fatores que ameaçam a diversidade ecológica, dos ecossistemas e das culturas locais em face dos novos processos sociais instaurados na região.

Dada a abrangência e complexidade da proposta, não foi possível contemplar todos os aspectos envolvidos no grau de profundidade necessário. Isso significa dizer que muitas das questões aqui enfocadas têm um sentido provisório, merecendo tratamento mais adequado com o apoio de especialistas de várias áreas em trabalhos multidisciplinar, num período de tempo mais longo. Estudos posteriores, subseqüentes e complementares poderão dar conta, com maior precisão e amplitude da problemática aqui proposta.

O desenvolvimento do estudo se deu no período 15 de abril a 30 de julho de 1989, abrangendo etapas de trabalho de campo, análise dos dados e elaboração do presente relatório. A equipe que realizou o trabalho foi constituída por um antropólogo, um especialista em ciências humanas do mar e um arquiteto, os quais atuaram na pesquisa a partir de suas áreas específicas, sem perder de vista a globalidade da proposta.

Além das instituições promotoras que viabilizaram o presente projeto, cabe registrar o apoio concedido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA -, na hospedagem no município de Guaraqueçaba - de que se tornou sede para as idas às comunidades pesqueiras - e nos deslocamentos que se fizeram necessários. Nesse sentido, queremos manifestar nossos agradecimentos especialmente a Umberto Soares - o Beto (barqueiro do IBAMA e do ITCF), profundo conhecedor das cotas de técnicas de navegação e a vida das comunidades litorâneas.

Agradecemos também a Natanoel Costa (membro da comunidade de Ilha das Peças), pela elaboração do croqui, cujos elementos fornecidos foram muito úteis para o mapeamento físico-espacial nessa vila e ao Flávio Moraes pela arte final dos mapas.

Registramos ainda nossos agradecimentos à jornalista Thereza Urban, conhecedora da região, pela contribuição crítica a este documento, em sua versão preliminar e às historiadoras Cacilda Machado e Cynthia Roncaglio pela colaboração prestada na ordenação dos quadros históricos e etnográficos.

Por último, queremos agradecer ainda a Sandra Maria Ofenboek e a Maria de Fátima Viragh, pelo empenho e dedicação no trabalho de digitação, processamento e editoração do texto.

Dedicamos este trabalho a todos os pescadores artesanais da região de Guaraqueçaba, com paciência, desprendimento e sabedoria, permitiram-nos penetrar em seu mundo, ensinando-nos de modo singular a arte da pesca e a vida no mar.

INTRODUÇÃO

Um desafio histórico tem se colocado para as sociedades contemporâneas: como combinar as formas atuais de desenvolvimento com uma utilização racional e não predatória do meio-ambiente? E mais: como conciliar a conservação da natureza com o modo de vida de populações que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência física e social?

A lógica da industrialização – desde sua gênese histórica até seus desdobramentos atuais – possui um modo de apropriação dos espaços naturais e sociais fundado apenas nas necessidades imediatas de expansão e reprodução econômica. A obtenção do lucro a qualquer preço tem sido a medida de ocupação do planeta.

Afora o esgotamento das espécies – o que por si só compromete o equilíbrio planetário – impactos de natureza sócio-ambiental têm sistematicamente ocorrido com efeitos desastrosos à vida das populações que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua reprodução social.

Essa lógica expansionista possui uma noção de espaço que não contempla a diversidade – as diferentes formas sociais de o homem interagir com a natureza em tempos escassos determinados. A natureza é percebida em sentido homogêneo e estático, reduzida a um empreendimento econômico ou a uma matéria prima inerte; as formas sociais distintas do modelo dominante são tidas como atrasadas, anacrônicas, historicamente inferiores.

A sociedade brasileira é cheia em exemplos históricos de formas de ocupação que sob a égide de um modelo de desenvolvimento predatório, concentrador de riquezas e alienígena, tem levado à extinção ou à degradação das formas tradicionais de produção que mantêm secular interação com a natureza. As sociedades tribais, camponesas ou pesqueiras constituem exemplos de formas sociais de produção que, por não se coadunarem com a lógica produtiva dominante, são desarticuladas ou sumariamente extintas da história.

A ocupação do litoral brasileiro nas últimas décadas não foge à regra. A expansão do modelo urbano-industrial nas zonas pesqueiras de característica artesanal tem levado tanto à extinção dos recursos pesqueiros – base de sobrevivência das populações litorâneas – como à destruição de seus habitats. No caso do litoral paranaense – particularmente, da região litorânea de Guaraqueçaba, objeto específico de nossa preocupação – observa-se a mesma tendência, seja em função da pressão turística e da especulação imobiliária, seja em decorrência da implantação de empreendimentos agropastoris, o que tem provocado a descaracterização social e ecológica da região. Mesmo as medidas de proteção ambiental como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba criada em 1985 pelo Governo Federal – parecem não ter assegurado o controle desse processo.

Deriva daí a questão posta anteriormente: em que medida é possível pensar em formas alternativas de desenvolvimento para a região de Guaraqueçaba que levem em conta as peculiaridades dos ecossistemas litorâneos e as características culturais que aí habitam? Isso implica necessariamente numa ruptura com uma concepção linear e monolítica do modelo dominante e análise de sistemas de produção com melhor adaptação às culturas locais e ao meio-ambiente natural (Diegues, 1986).

Essa questão exige, portanto, um repensar não só dos rumos do desenvolvimento e suas conseqüências, como de seus fundamentos básicos; e, ao mesmo tempo, um entendimento das formas de utilização do espaço e dos recursos naturais desenvolvidas pelas populações litorâneas no tempo.

Esta publicação consiste numa tentativa de proceder aos primeiros registros decorrentes das incursões iniciais feitas na literatura disponível e dos levantamentos preliminares realizados *in loco* nas comunidades litorâneas de Guaraqueçaba selecionadas para o presente estudo. Num primeiro momento, será dada ênfase às formas de ocupação tradicionais ocorridas no passado, para se focalizar, num segundo momento, as formas presentes, em termos comparativos.

Antes, porém, para um referencial mínimo das comunidades abrangidas – e dos argumentos centrais aqui produzidos –, cabe tecer algumas considerações acerca do significado das formas tradicionais de produção.

As Economias Tradicionais: Premissas Básicas

Olhar para as chamadas “formas tradicionais de produção”, nas quais as comunidades pesqueiras em geral se inserem em seu passado histórico, com aspectos característicos no presente, significa romper com um conjunto de fetiches ideológicos produzidos pela sociedade industrial.¹

Conforme observado, essas formas de produção são concebidas como atrasadas, estacionárias, pertencentes a um estágio evolutivo superado historicamente pelos “avanços” da modernidade. Do ângulo urbano-industrial tais economias são destituídas de racionalidade e dinâmica próprias e percebidas sempre pela negação – por tudo que lhes falta de “avançado”, de “moderno” na civilização capitalista contemporânea – pela falta de trabalho, de tecnologia, de mercado, de progresso, de cultura.

Deriva daí a imagem de que os índios, pescadores e seringueiros vivem em sociedades perdidas no tempo, com um grau de pobreza absoluta decorrente de sua incapacidade para o trabalho e de sua incompetência técnica em explorar os recursos naturais. São, inclusive, na visão da teoria econômica convencional, tidos como pertencentes à “sociedades de escassez” em oposição à dinâmica capitalista industrial considerada como “sociedade de abundância”.

Esse tipo de visão se manifesta claramente em relação às sociedades pesqueiras de modalidade artesanal, consideradas, na perspectiva urbano-industrial e do Estado, como indolentes, letárgicas, incapazes, sendo muitas vezes sua atividade produtiva – a pesca – traduzida como não-trabalho.

Contrariando a essas visões de cunho marcadamente etnocêntrico e ideológico, tomar-se-á como ponto de partida algumas formulações produzidas pelo pensamento antropológico moderno que apontam como características básicas das economias tradicionais – sem abstrair as suas formas múltiplas e particularidades – como sendo as seguintes: “economias naturais”, cujas formas sociais de produção e reprodução dependem diretamente das características da natureza, de seus movimentos, ciclos e leis próprias. As formas produtivas não se caracterizam por uma ação “transformadora” da natureza “strictu-sensu”, e sim por mecanismos adaptativos desenvolvidos ao longo do tempo; “economias de abundância”, que dependem de um lado, da oferta e disponibilidade dos recursos existentes e, de outro, das necessidades socialmente produzidas. Ou seja, dado que são sociedades produtoras de “valores de uso”, a abundância dos recursos se apresenta – ainda que com limitações – frente a tais necessidades sociais que estão voltadas para o auto-sustento da população.

Além disso, as comunidades sociais possuidoras dessas características detêm:

- um conhecimento profundo dos ecossistemas do qual fazem parte, o que permite a sua produção e reprodução social no tempo, bem como a manutenção e conservação dos próprios recursos naturais que dependem para sobreviver;

- e, como em decorrência, um complexo e variável equipamento técnico e padrões próprios adaptados às condições de seus ecossistemas específicos.²

¹ Embora as comunidades pesqueiras artesanais estejam integradas desde o início de sua formação na pequena produção mercantil simples, estando, portanto, integradas no sistema de trocas possuem em sua dinâmica interna elementos das chamadas “economias tradicionais” centradas na produção de valores de uso como se pode verificar.

² Alguns dos aspectos aqui assinalados estão particularmente referenciados em SAHLINS (1978) em seu texto “As primeiras sociedades de afluência”. Embora o autor tome como base à sua análise, as sociedades coletoras e caçadoras em seu estado original, suas formulações são sugestivas para as chamadas “economias tradicionais” que ainda não possuem um alto grau de integração com a economia mercantil. Na verdade as sugestões de SAHLINS serviram para contrapor aos mitos da sociedade burguesa que percebe as sociedades sem mercadorias como dotadas de recursos escassos estando fadadas a produção apenas no limite da sua sobrevivência.

Dessa perspectiva, quando se utiliza critérios ambientais referentes aos graus de adaptação e conservação dos recursos naturais pelas populações nativas e capacidade de reprodução física e social no tempo, tem-se uma inversão dos valores dominantes instituídos ou uma “quebra” de alguns mitos de superioridade da “civilização” industrial: as “economias tradicionais” apresentaram-se numa relação de equilíbrio com a natureza superior às “economias modernas”.

Um exemplo concreto que se pode utilizar para o caso em exame é de que a região de Guaraqueçaba apresenta após séculos de ocupação pelas populações litorâneas, um grau de conservação de seus ecossistemas incomparável com outras regiões do Paraná e do Brasil, onde formas modernas de produção estão sendo empreendidas.³ Segundo dados do IBDF (1980), essa região é a única do Paraná que apresenta mais da metade da cobertura vegetal em estado natural, juntamente com a região do médio Iguassú.⁴

A região de Guaraqueçaba integra o Complexo Estuarino-Lagunar Iguape (SP) – Paranaguá (PR) e possui um dos mais ricos ecossistemas litorâneos do sul do Brasil em termos de produção primária, concentrando grande parte dos últimos 5% da Mata Atlântica ainda restante no Paraná e reunindo enormes extensões de manguezais quase que totalmente preservados.

Como isso se tornou possível? A hipótese aqui lançada é de que as formas tradicionais de apropriação do espaço e dos recursos naturais desenvolvidas secularmente pelas populações litorâneas lhes permitiram experimentar várias técnicas produtivas com um grau de adaptabilidade aos ecossistemas ali existentes, possibilitando sua reprodução no tempo. Em que pesem os novos processos históricos presentes na região que ameaçam a manutenção da diversidade ecológica dos ecossistemas e das culturas locais, muitas dessas práticas ainda subsistem, merecendo serem resgatadas ou revitalizadas para que esse sistema produtivo e cultural tenha sua continuidade na história. De outro lado, cumpre pensar na introdução de novos equipamentos tecnológicos que permitam uma exploração da natureza em níveis socialmente adequados, melhorando o padrão de vida das populações litorâneas sem descaracterizar os equipamentos tradicionais.

Não se trata, pois, de mera exaltação ao primitivo, às “formas arcaicas de produção” contrapostas absolutamente às “formas modernas” – mesmo porque voltar ou congelar o passado é uma impossibilidade histórica. Trata-se de rever o sentido da história e do desenvolvimento, concebidos geralmente de modo universal e linear, como se o “novo”, o “moderno” representasse numa escala evolucionária, uma posição de superioridade em relação ao “velho”.

Dessa ótica, pensar em alternativas de desenvolvimento para as comunidades litorâneas da região de Guaraqueçaba, significa rever o sentido do desenvolvimento e discutir a possibilidade de conjunção entre “tradição e modernidade” numa síntese nova, de modo a permitir a sobrevivência física e social das populações locais e de seus ecossistemas.⁵

De acordo com os objetivos da pesquisa, concentrou-se em primeira instância, na caracterização das formas tradicionais de utilização do espaço e dos recursos naturais pelas populações litorâneas da região, tomando-se por base a literatura disponível e a memória dos membros mais velhos.

O universo abrangido foi de dez pessoas entre a faixa etária de 60 a 80 anos; e o procedimento adotado para o registro da memória oral baseou-se nas técnicas de pesquisa antes referidas.

Alguns aspectos teórico-metodológicos foram contemplados no registro da memória oral que merecem ser aqui observados.

³ O que se observa é que a modernização do campo e nas áreas de floresta tem acarretado custos ambientais e sociais altos, ameaçando a sustentabilidade dos processos econômicos, sociais e naturais.

⁴ (4) “VER IPARDES”, APA de Guaraqueçaba – Caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores litorâneos, p. 12.

⁵ Embora as comunidades pesqueiras artesanais estejam integradas desde o início de sua formação com a pequena produção mercantil simples, estando, portanto, integradas no sistema de trocas, possuem em sua dinâmica interna elementos das chamadas “economias tradicionais” centradas na produção de valores de uso como se poderia verificar.

Primeiro, o passado é visto na lembrança dos velhos, segundo a inserção do memorialista na vida presente. Assim os pescadores tendem a ver o seu mundo anterior, de acordo com as categorias do mundo presente onde o passado se apresenta ao idealizado, ora negado.

Segundo, a visão do passado não é homogênea e cronológica, ou seja, não é marcada por datas específicas. A memória é sempre seletiva e o memorialista opera com recortes próprios na evocação do passado, com base na significação de sua experiência vivida que permanece ou se recria em seu imaginário.

Terceiro, essas lembranças dos velhos remontam a sua história biográfica que, embora marquem ocorrências pessoais, reflete a história social como um todo, a partir de sua posição específica no contexto do grupo.

Por último, é oportuno assinalar que sem a preocupação de contrapor a “verdade do memorialista” com a “verdade dos fatos”, as fontes de pesquisa documental permitiram um cotejamento dos dados colhidos. Os quadros do item 1 constituem uma compilação das informações existentes na literatura consultada, as quais foram confirmadas durante o trabalho de campo.

A par disso, foram feitos levantamentos de caráter geral, especificamente nas comunidades selecionadas para o estudo, - Ilha das Peças e Tromomó -, com vistas a obter dados básicos de sua realidade presente, como número de moradores, origem, atividade produtiva predominante, tipos de apetrechos de pesca e embarcações, migrações, etc. Para tanto, foram elaborados formulários específicos, os quais foram aplicados em todas as residências da Vila de Tromomó e em metade das residências da Vila de Ilhas das Peças.

Além das comunidades acima citadas, foram feitas visitas em Barra de Ararapira (Comunidade limítrofe ao litoral paulista), Costão (bairro de pescadores da vila de Guaraqueçaba), Barra de Superagui (localizada nas proximidades da Ilha das Peças) e Ilha do Mel (nas proximidades de Pontal do Sul). Ainda que prévio e de modo não exaustivo, o levantamento aí realizado teve como preocupação ampliar o universo da pesquisa e, assim, se dispor de mais elementos para a configuração geral da região em estudo.

A configuração preliminar das formas presentes de utilização do espaço e dos recursos naturais foi feita com base em trabalho de observação direta e entrevistas informais. O resultado desse trabalho consta no item 2. O mapeamento físico-espacial das vilas em foco foi baseado em fotos aéreas, levantamento de campo, informações coletadas junto a órgãos públicos, e em croquis das comunidades.

Cabe observar ainda que, para efeito desse relatório, foram também realizados contatos iniciais com órgãos públicos como ITCF, EMATER, IBAMA IPARDES, Museu Paranaense e Museu de Paranaguá; e com o escritor popular Wilson Rio Apa – Profundo conhecedor da região, com a qual estabeleceu íntima e intensa relação durante vários anos.

1. FORMAS TRADICIONAIS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS RECURSOS NATURAIS DO LITORAL DO PARANÁ

As comunidades litorâneas de Guaraqueçaba possuem em sua tradição histórica um estilo de vida característico daquelas que integram o litoral paranaense como um todo, conforme revelam os registros históricos e etnológicos e fontes de pesquisa oral.

Para efeito desse trabalho, destaca-se em primeiro momento, alguns aspectos que conformam o modo de vida litorâneo no passado, sem se ater às particularidades de cada lugar, a aos diversos momentos que compõem a dinâmica histórica do litoral paranaense.

Um dos aspectos característicos dessas comunidades é que, embora estivessem inseridas desde o início da colonização européia⁶ – em grau de maior ou menor intensidade em períodos históricos determinados – nas redes da pequena produção mercantil, possuíam laços tênues com o mundo externo – dadas inclusive suas condições geográficas – e produziam a sua existência com certo grau de auto-suficiência, numa interação direta com a natureza. A forma de organização econômica estava fundada na pesca e/ou na lavoura, desenvolvida em moldes domésticos, alternando-se conforme a época. Tanto uma como a outra atividade, eram exploradas a partir especificidades do meio-ambiente natural – da terra, do mar e do rio, mediante tecnologia rústica ou artesanal.

Enquanto na primeira atividade, pescavam várias espécies como a tainha, o camarão, o bagre, o linguado, a pescada etc., na segunda, o cultivo era feito em roças de subsistência, nas quais se fazia o plantio de mandioca, feijão, arroz, cana-de-açúcar, milho, café, abóbora, melancia, laranja, batata (inglesa e doce) e temperos caseiros. Evidenciou-se que conforme a época histórica e com variações em certos períodos, tanto em uma, quanto em outra atividade, parte da produção era destinada ao mercado e parte para a subsistência.⁷

As roças eram realizadas em espaços comuns específicos, recortados para a exploração familiar. Em geral, os homens faziam a derrubada e a limpeza do terreno e as mulheres participavam do plantio e da colheita, enquanto as crianças só participavam da colheita.

A prática da pesca era, geralmente, efetuada pelos membros masculinos, em consonância com a divisão do trabalho tradicionalmente existente nas comunidades pesqueiras, assim como o trabalho de confecção e conserto de redes; cabendo à mulher o trabalho de limpeza e preparo do peixe, bem como a sua conservação, por meio de salgas, secagem ou defumação. A mulher participava também na tarefa de confecção de redes.

Essa atividade, assim como balaios e cestos feitos de cipó e taquara eram executados tanto por homens como por mulheres.

A atividade pesqueira era desenvolvida em espaços próprios aos movimentos das espécies, conforme a época e o ciclo interno da pesca.

Além de tais atividades, as comunidades litorâneas extraíam sua sobrevivência, a nível suplementar, da caça de animais de pequeno porte, da coleta eventual de frutos nativos e da extração de determinados produtos vegetais, de acordo com a época, a necessidade e a disponibilidade dos recursos existentes.

Como em outros casos, a disponibilidade de materiais extraídos livremente da natureza propiciava a essas comunidades um grau de autonomia relativa frente aos bens e aos meios de produção de origem industrial.

A natureza era farta e recobria vários domínios da vida local, tanto o universo produtivo, como o universo social e cultural: em torno da natureza os grupos litorâneos pareciam construir sua existência material e imaginária.

À medida que as condições de vida dependiam diretamente da natureza, as populações litorâneas possuíam um vasto e profundo conhecimento da variedade das espécies existentes, de seu

⁶ É preciso salientar que, ao contrário da ideologia colonialista que enfatiza o mito de vazio demográfico para justificar a ocupação colonial, essa região, antes da colonização européia, era habitada índios Guarani que tinham na pesca uma das fontes de sobrevivência: muitas tecnologias indígenas foram incorporadas pelos pescadores-lavradores que lhes concederam, conforme atestam as fontes documentais.

⁷ Não foi possível precisar o grau de inserção dessas atividades no mercado em tempo histórico definido. Há variações conforme a dinâmica da economia litorânea e sua inserção na economia paranaense como um todo. Apesar disso há que se considerar, além de suas características internas, o fato de a região ter permanecido até as últimas décadas em estado de relativo isolamento econômico, dados seus caracteres físicos (aptidão climática, condições do solo), aliados a um conjunto de fatores de ordem histórico-social, o que contribuiu para a manutenção de seus ecossistemas em estado mais ou menos intactos e para a permanência de “traços” característicos da “economia tradicional”.

ciclo reprodutivo e *habitats* e atribuíam múltiplos usos e significados aos recursos naturais, seja para a vida produtiva, seja para a vida doméstica.

Assim, do exame da literatura existente e da pesquisa de campo, foi possível constatar que tanto os instrumentos de trabalho, principalmente os apetrechos de pesca, como os utensílios domésticos, a moradia, a dieta alimentar e os remédios caseiros eram confeccionados com insumos e materiais retirados diretamente da natureza.

Ademais, a extração (e utilização) dos recursos naturais, era marcada por relações de interdependência entre as comunidades da região, ainda que medidas por laços mercantis. Se, uma dada comunidade, por exemplo, não dispunha em seu interior, de um dos materiais necessários para o fabrico de seus objetos, ia adquiri-los em outra comunidade, em cujo estoque de recursos tal material se apresentava mais abundante ou mais adequado para os bens utilizados; ou, ainda, por que havia, em outra comunidade, maior nível de especialização na confecção de um dado objeto. Ex.: as localidades de Medeiros tinham como especialidade a produção de canoas e chumbeiros de barro.

Os quatro em anexo, demonstram os vários usos dos recursos naturais feitos pelas populações litorâneas, seja no universo produtivo, seja no universo doméstico. É possível depreender daí que as comunidades pesqueiras tinham na natureza seu elemento principal de vida, ainda que possuíssem eles com o mundo externo, numa relação de dependência principalmente aos “bens” não produzidos internamente. Embora os recursos naturais fossem vastamente utilizados em praticamente todos os domínios da vida social, há que se observar que:

- o nível de utilização dos recursos naturais correspondia as necessidades sociais de uma economia de pequena escala e se dava a partir da disponibilidade dos recursos naturais existentes;
- em geral, a atividade produtiva se pautava na extração de recursos naturais renováveis, no caso da pesca, ou da extração de recursos vegetais em escala pequena;
- as técnicas utilizadas eram em sua maior parte, adaptadas às condições dos ecossistemas locais.

Esse raciocínio pode ser demonstrado, se levarmos em conta os dados históricos e o fato de as formas tradicionais de utilização dos recursos e do espaço não terem levado ao esgotamento das espécies, como atesta o seguinte depoimento:

“Havia muito peixe, peixe em abundância, peixe de pamparra (...) De uns tempos pra cá é que tudo mudou com os aparelhos de pesca (...), com os barcos grandes que pescam no oceano tudo que vem pela frente, até os filhotes de peixe”. (Sr. Prisciliano Araújo, 80 anos – pescador. Ilha das Peças, 1989).⁸

As considerações a seguir, pretendem apontar alguns mecanismos internos de controle ecológico existentes nas formas tradicionais de exploração dos recursos pesqueiros.

Do levantamento realizado, identificou-se um conjunto de sinais, oferecidos de um lado, pelas próprias leis internas da natureza e, de outro, pelo modo cultural específico dos pescadores interagirem com os recursos naturais.

Alguns desses sinais são o que se poderia chamar, conforme sugere ALMEIDA (1988),⁹ de “sistemas de alertas”, dados, no caso da pesca, pela combinação dos tipos de vento, da maré e da lua, elementos que integram o saber tradicional do pescador, seja pela observação ou pela experimentação, ou ainda, por sua própria cosmovisão, construída a partir de uma interação secular com a natureza. Esses “sistemas de alertas” são mecanismos conscientes ou inconscientes, elaborados socialmente e indicam condições favoráveis ou desfavoráveis para a pesca, as condições de perigo ou acesso aos espaços marítimos.

⁸ Outros depoimentos recolhidos entre pescadores idosos observam esse mesmo fato.

⁹ Não obstante voltadas para o universo das populações extrativistas da Amazônia, especificamente para a relação dos seringueiros com os recursos naturais no Alto Jurua, as sugestões ALMEIDA são significativas.

A observação rigorosa do ciclo reprodutivo das espécies, assim como de seus processos migratórios no ambiente marinho, permitiu aos pescadores construir um calendário de trabalho próprio, com base nos movimentos da natureza e em seu ciclo biológico, em cada período do ano, de acordo com técnicas adaptativas específicas. Isso significa, por exemplo, que a não captura de filhotes de peixes, assim como o uso de técnicas não predatórias se constituía, no passado, uma norma consensual para evitar o esgotamento das espécies.

O modo como a pesca era explorada em alternâncias de dias, conforme as necessidades, a época e a disponibilidade de recursos – em geral abundante –, concorria por si só para a não ocorrência da “sobrepesca”.

A identificação dos pontos específicos de pesca se coloca como outro mecanismo importante de controle ecológico, que decorre dos elementos apontados anteriormente, oferecendo a possibilidade de desenvolvimento da atividade sem destruir os estoques pesqueiros e seus *habitats*. Ex.: no caso do camarão, os pescadores costumavam não o capturar nos baixinhos, onde se encontravam os indivíduos jovens.

Outros mecanismos conservacionistas, de ordem essencialmente cultural, se apresentam nas economias pesqueiras tradicionais que merecem ser considerados: os tabus alimentares existentes tanto no universo da pesca, como da caça e da coleta, vinham indiretamente contribuir para a preservação das várias espécies. Além disso, verificou-se que havia determinadas espécies de caça e pesca que eram comestíveis no período em que a mulher permanecia em “resguardo”, após o parto. Algumas dessas espécies eram paca, tatu, capivara no caso da caça e arraia, cação e pescada no caso da pesca.

“A pescada, quando a mulher está de resguardo só pode comer depois de um ano. Se faltar dois dias para terminar o resguardo e ela comer, morre... O cação, a arraia também a mulher não come no resguardo só depois de dois meses – é perigoso e forte. O tatu e a paca também”.¹⁰

É possível apontar ainda, como sugere MALDONADO (1988 – 1989) que a noção de segredo existente entre os próprios pescadores sobre os locais e pontos de pesca, parece atuar, em situações determinadas, como um mecanismo conservacionista, (ainda que inconsciente e não generalizado), de modo a evitar a “sobrepesca”.

Do que foi exposto, o que é importante marcar é que tais aspectos revelam o alto grau de integração existente nas formas tradicionais de produção pesqueira com a natureza, em face de suas condições de reprodução social depender essencialmente das condições de reprodução e conservação dos recursos naturais. E mais: deve-se considerar que havia aí um complexo sistema cultural marcado por uma grande sabedoria de vida e das condições naturais, o que propiciava uma relação de equilíbrio com a natureza.

Em que pese isso, é preciso ter conta que os novos processos sociais introduzidos na região, decorrentes da “modernização”, vêm provocando a adoção de técnicas produtivas diferenciadas, muitas vezes inapropriadas à exploração dos ambientes marinhos e de seus recursos, como se poderá verificar nos itens que se seguem.

Apesar dessa tendência, alguns dos processos tradicionais ainda se mantêm – não obstante com significados novos. É possível ainda evidenciar-se na região em estudo, um relativo grau de equilíbrio das populações litorâneas com o meio-ambiente, conforme apontado anteriormente.

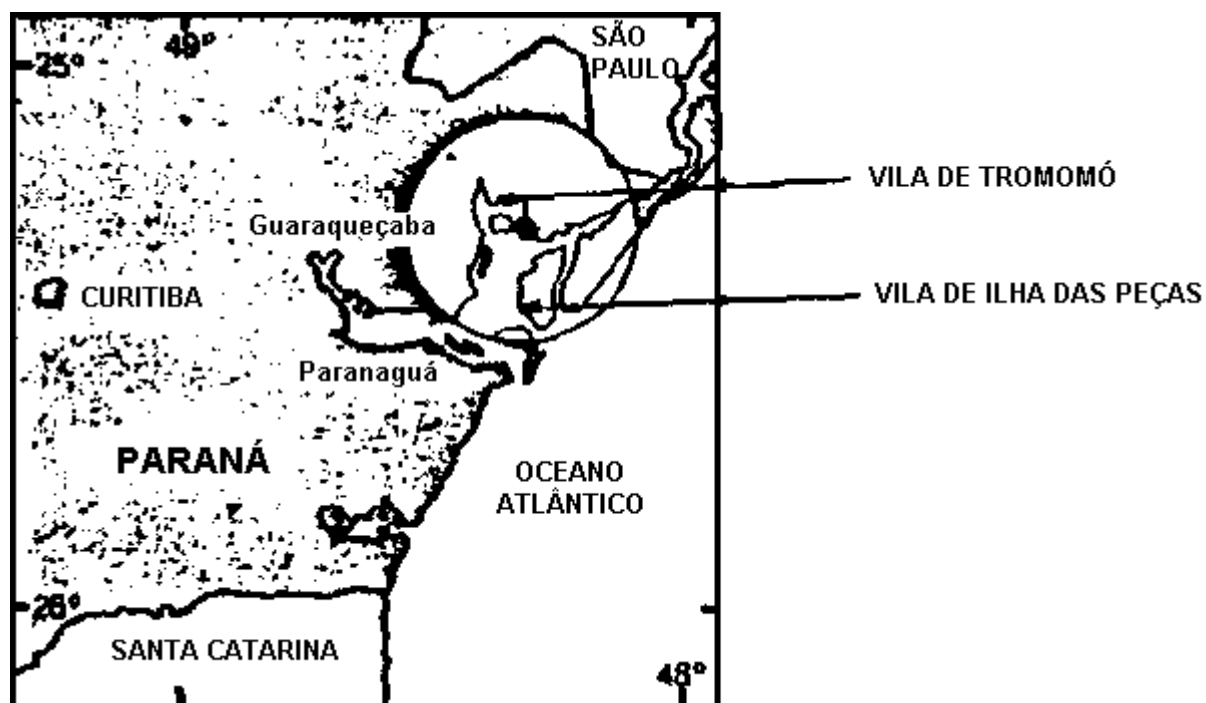
Isso justifica, pois, a necessidade de se pensar em formas alternativas de desenvolvimento regional fundadas nas características da cultura e dos ecossistemas locais.

¹⁰ Depoimento de pescadores de Ilha das Peças e Tromomô, (1989).

Mapa 1



LOCALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA NO BRASIL



LOCALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA E DAS VILAS DE TROMOMÓ E DE ILHA DAS PEÇAS NO ESTADO DO PARANÁ

2. FORMAS ATUAIS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS RECURSOS NATURAIS

2.1. O UNIVERSO DA PESQUISA

2.1.1. Aspectos geográficos

2.1.1.1 Tromomó

A vila de Tromomó com as coordenadas geográficas 48°23'7" W e 25°16'6" S, está localizada no continente, na parte norte da Baía de Guaraqueçaba (Ver mapa 1). Encontra-se encostada ao morro do mesmo nome, cujo pico atinge 602 metros.

Tromomó é distante aproximadamente quatro milhas da sede do município de Guaraqueçaba e fica 20 milhas de Paranaguá. (ver mapa 3) Existe uma trilha ligando às localidades de Ipanema e Mouratinho, até a estrada de terra (PR404) de Guaraqueçaba. Essa trilha, no entanto, é muito pouco utilizada, sendo o principal acesso à comunidade e a via marítima, através de um labirinto de canais naturais, muitas vezes estreitos e de pouca profundidade. Tais canais separam Tromomó das ilhas localizadas na parte sul sem sendo a maior a Ilha do Rabelo.

A faixa costeira da vila é coberta por manguezais (e outros tipos de vegetação, ver anexo 2), tornando-se assim, raros os lugares de acesso à terra firme. Um deles, o maior, constitui-se como porto da vila.

2.1.1.2 Ilha das Peças

A comunidade Ilha das Peças, com as coordenadas geográficas 25°27'6" S e 48°20'0" W, encontra-se situada na costa Sudoeste da ilha do mesmo nome, na extremidade de uma ponta (ver mapa 2). Distancia-se 10 milhas da sede do município de Guaraqueçaba.

Devido à proximidade do mar aberto a vila tornou-se um dos três núcleos de pesca marítima do município de Guaraqueçaba, junto com Barra de Superagui e Barra de Ararapira.

A beira do mar de Ilha das Peças apresenta uma faixa arenosa extensa que banha a maior parte da vila. Nas partes extremas ela desaparece, cedendo lugar a uma vegetação nativa: manguezais no norte e restinga no Oeste.

2.1.2 Aspectos demográficos e Configuração Espacial Interna das Comunidades

2.1.2.1 Tromomó

A população de Tromomó é formada por aproximadamente 100 habitantes, com certa de 25 famílias, sendo a média de membros de cada família de quatro a cinco pessoas.¹ A maioria da população é originária da própria localidade.

¹ Embora a referência do grupo familiar na localidade apareça ser a família extensa (avós, tios, pais, filhos, etc.), para efeito desse levantamento considerou-se o número de famílias existentes com base na família nuclear. Os dados gerais da comunidade foram recolhidos a partir da visitação em vinte e quatro residências.

Em face dos problemas advindos da atividade pesqueira, que muitas vezes não oferece as condições básicas para a reprodução social, muitos (principalmente os habitantes mais jovens) tendem a migrar para outras localidades, seja na busca de melhores alternativas de trabalho, seja para a obtenção de maiores condições de ingresso em escolas. O número de pessoas que estão fora, atualmente, é de doze, muitas delas fixadas em Paranaguá, trabalhando na estiva.

As casas dos moradores, conforme a observação de campo (ver mapa 3), estão dispersas ao longo de um único estreito caminho entre o morro, no norte, e as águas da baía, no sul. De uso obrigatório comum, esse caminho que permite a circulação dos moradores na rede de parentes, vizinhos e amigos e dá acesso ao porto e a áreas de lazer.

A área de moradia abrange além da habitação, um terreno de tamanho pequeno, onde tradicionalmente costuma-se plantar temperos caseiros e fazer a criação de galinhas. Evidenciou-se, também, em algumas dessas áreas, a presença de árvores frutíferas, sejam nativas ou cultivadas.

Embora essa área seja marcada pela posse e o uso familiar, não existem fronteiras nítidas que demarquem a linha divisória entre um terreno e outro. Constatou-se, entretanto, que os moradores sabem apontar com clareza, através das referências próprias, as áreas constitutivas de seu domínio. Em geral, parece ser o terreno de posse da família extensa, herdado por laços de parentesco, e, a casa, de posse da família nuclear.

O padrão predominante observado na construção da moradia é o de madeira com cobertura de telhas de cerâmica, distanciando-se completamente do padrão antigo, em que as casas eram construídas com materiais distintos e se revestiam de características próprias.

É em baixo das casas, ou ao seu redor, que os pescadores costumam guardar seus apetrechos de pesca. A maior parte deles parece não dispor de ranchos de pesca próprios. O que se verificou foi a existência de alguns poucos ranchos utilizados para a posse individual.

Há, na comunidade, duas Igrejas (uma Católica e outra Batista) e três casas comerciais que geralmente fazem o abastecimento de produtos básicos para o consumo imediato, na impossibilidade de aquisição desses “bens” nos centros urbanos, face ao afastamento geográfico.

Podem ser configurados como espaços comunitários – além da via de passagem dos moradores e das Igrejas – a escola³ e o campo de futebol. Aliás, o futebol parece representar uma das principais atividades de lazer desenvolvidas pelos homens, seja nos domingos, quando freqüentemente costumam jogar, seja em dias de semana durante períodos de escassez na pesca. O jogo de futebol, às vezes, é disputado entre times locais e de outras vilas, revelando-se uma forma de intercâmbio entre as comunidades litorâneas.

Inclui-se também como um espaço comunitário, o porto. Além de ser local de saída e chegada de embarcações e onde, em geral, elas ficam ancoradas, é um espaço que marca várias formas de sociabilidade desenvolvidas localmente: as crianças costumam praticar aí vários tipos de brincadeiras; homens e mulheres se reúnem para o aguardo das embarcações e conversam entre si contando “causos” e histórias relativos ao seu universo de vida. Torna-se um lugar que parece ligá-los entre si e ao mundo de fora. Aliás, o porto constitui uma espécie de fronteira que delimita e, ao mesmo tempo, liga o mundo doméstico e comunitário ao mundo do trabalho. Saindo dali, em direção ao canal, os pescadores desenvolvem sua labuta diária e estabelecem elos com o mundo externo.

Para a vegetação que cobre a faixa costeira, o porto, situado no fundo do canal, constitui o único acesso à vila.

³ O ensino local, tal como nas demais comunidades da baía, abrange até a 4ª série do primeiro grau.

2.1.2.2 Ilha das Peças

Ilha das Peças é constituída por uma população de cerca de 300 pessoas, e, segundo o levantamento, existem 66 habitações, das quais 52 são habitadas por moradores locais, 11 pertencem a turistas e três encontram-se desocupadas.

Embora a população local tenha na pesca o seu principal meio de vida, evidenciou-se um conjunto de aspectos que diferenciam essa comunidade das demais, em face dos novos processos sociais aí instalados – como a urbanização e o turismo – e de suas próprias características internas.

A geografia urbana da vila apresenta, comparativamente a outras vilas de pescadores da região, uma rede bastante complexa de caminhos que ligam as casas entre si – caminhos estreitos que em geral permitem a livre circulação de moradores no interior na comunidade. Entretanto, como um fato recente, constatou-se a existência de algumas áreas cercadas ao redor das moradias – demarcando os limites do domínio familiar e a rede de vizinhos – preocupação que inexistia em tempos atrás, segundo os moradores, quando as casas eram poucas e dispersas.

Apesar dos vários caminhos internos, a beira mar constitui o único acesso às casas situadas no leste; com a maré alta e, sobretudo, nos dias de “maré de lua”, a passagem para a Ilha torna-se difícil devido à vegetação litorânea, atingida pelo nível do mar.

O mapa nº5 dá conta, com aproximações, da forma como Ilha das Peças apresenta-se conformada internamente. Da leitura desse mapa, é possível perceber um conjunto de processos físicos e sociais que conformam a comunidade, definindo sua estrutura interna e indicando as mudanças pelas quais Ilha das Peças vem passando nos últimos anos.

Embora sejam espaços que se inter cruzam, é possível identificar: o espaço doméstico e comunitário, onde estão concentradas as moradias locais, a escola, duas igrejas, um posto telefônico e de correio, e os lugares de festa e de lazer: os espaços de trabalho, incluindo o porto e os locais de captura de pescado (que se estendem do interior da baía até o mar aberto); os espaços turísticos que contornam, em geral, a área da beira do mar, adentrando na localidade.

Como um fenômeno recente – e ainda que de modo não intenso -, o turismo vem provocando alteração da paisagem física e social local, invadindo os espaços internos da comunidade, principalmente os espaços de beira-mar, durante o verão.

Além de ocupar as áreas tradicionais das comunidades⁴, o turismo penetra nos domínios sociais de vida do pescador, particularmente no espaço portuário onde costumeiramente se desenvolveram os trabalhos de pesca.

Tal como nas demais vilas de pescadores, o porto é o local onde as embarcações permanecem ancoradas e constitui o ponto de saída e chegada das embarcações – aí os pescadores tecem ou concertam as redes e os aparelhos de pesca, e muitas vezes, desenvolvem suas atividades de lazer. Além disso, é na faixa de beira-praia em direção à baía que os pescadores praticam em pontos determinados algumas modalidades de pesca (mapa n.º 3). É também aí, na faixa da beira-praia em direção ao interior da comunidade que estão localizados o rancho de pesca – local de guarda dos instrumentos de trabalho. Observou-se que, tal como em Tromomó, os ranchos de pesca se apresentam como espaços de posse individual. É em torno dos ranchos ou, em seu interior, que as mulheres costumam descascar os camarões capturados pelos homens, atividade que vem sendo desenvolvida por elas nos últimos anos em face das necessidades impostas pelo mercado.

Além desses espaços que configuram a vida de Ilha das Peças, identificou-se a existência de um cemitério, situado ao leste em lugar distante; e, perto do trapiche, um edifício da COOPESPAR (Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná), em estado de desuso e abandono.

⁴ Adquiridos de moradores que as venderam por preço irrisório.

Cumpra registrar ainda que, em que pese a precariedade dos serviços urbanos básicos existentes na comunidade (falta de energia elétrica, água encanada e posto de saúde adequado), Ilha das Peças é a única vila de pescadores beneficiada por um serviço regular de transporte organizado pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, cuja lancha passa duas vezes por semana na Ilha Guaraqueçaba-Paranaguá.

2.2 A pesca em Tromomó e Ilha das Peças

A atividade pesqueira nas comunidades e, de modo geral, em todas as vilas litorâneas da região de Guaraqueçaba representa a única fonte de renda para as populações e o principal domínio de trabalho dos homens.

Apesar de a pesca constituir-se numa atividade comum, unificando em muitos aspectos a cultura regional, as formas de exploração dos recursos marinhos e do espaço litorâneo contêm, especificidades em cada lugar.

No caso das vilas, objeto desse estudo, constataram-se algumas formas bastante diferenciadas de utilização desses recursos e do espaço, particularmente no que diz respeito aos instrumentos de pesca, aos locais e pontos de captura, ao tratamento e à comercialização do pescado.

Uma análise comparativa preliminar dos dados recolhidos em trabalho de campo pretende apontar essas diferenciações.

2.2.1 Os instrumentos de Pesca

Embarcações e apetrechos de pesca são elementos constitutivos não só do universo de trabalho, como da vida dos moradores das comunidades da baía. Além de meio de trabalho, a embarcação, por exemplo, é, muitas vezes, o único meio de transporte e de comunicação das vilas litorâneas entre si e com os centros urbanos. Junto com os apetrechos, as embarcações permitem aos pescadores extrair do mar, do estuário e do rio o sustento de suas vidas e de seus familiares.

2.2.1.1 As embarcações

Tradicionalmente composta de canoas a remo, escavadas em um só tronco, a frota pesqueira, hoje, conta com embarcações motorizadas – de porte e formatos distintos -, como reflexo do conjunto de mudanças ocorridas no decorrer dos anos dentro da atividade pesqueira.

Tais embarcações, introduzidas na região nos anos 40, segundo observa Rio Apa (em conversações informais), vêm substituindo pouco a pouco a tradicional canoa a remo ou à vela, tornando-se, na maioria das localidades o meio de trabalho predominante. Apesar disso, ainda observa-se na região a utilização de canoas a remo em trajetos curtos, tanto para passeios no interior das comunidades, como na pesca estuarina de Tromomó. Ademais, canoas a remo são, em determinadas ocasiões, equipadas para serem movimentadas à vela, ainda que eventualmente.

Os pescadores idosos costumam demarcar as mudanças ocorridas entre o “passado” e o “presente”, a partir da introdução do barco a motor. Falam muito do “tempo antigo” marcado, de um lado, pela dureza do trabalho de remar e, de outro, pela arte aí envolvida: “Hoje esses moços, a rapaziada nova, não sabe remar como a gente sabia, era preciso saber remar para andar por esses mares...”

O poema abaixo atesta a presença de embarcações à vela nas formas tradicionais do trabalho pesqueiro:

*“...Pescador de tantas praias
Tu não podes demorar*

*Iça a vela do teu barco
Vai ao largo para pescar...*⁵

Mesmo presentes na atualidade, conforme observado, é preciso considerar que as canoas à vela, por exemplo, apresentam alterações: antigamente confeccionada de tecido de algodão, a vela é, hoje, feita de panos de plástico recuperados e juntados entre si.

Durante o início da motorização, foram as próprias canoas bordadas⁶ equipadas para serem movidas à gasolina. O remo que serve tanto para movimentar quanto para dirigir a canoa, é, nesse caso substituído por um leme chamado “meia-lua”, em razão de sua forma. Nessa mesma época, foram introduzidas na região pelos pescadores oriundos do litoral catarinense as chamadas baleeiras. Feitas de tábuas, elas se caracterizam pelo seu fundo e costados arredondados, como pela forma igual entre a popa e a proa. O fato de a arte de sua construção não existir no local levou a adoção de uma embarcação similar à originalmente utilizada pelos pescadores de Santa Catarina, adaptada, porém, às condições regionais – a bateira: seus costados e fundo apresentam-se achatados.

O bote, embarcação motorizada com popa parada existe há pouco tempo nas vilas pesqueiras da baía. Mercer (1979) não o menciona em seus estudos e, ainda hoje, confirma a sua inexistência nessa época.

Verificou-se que a distribuição do número de barcos a motor é bastante diferenciada entre as comunidades pesquisadas. Em Tromomó, esse número representa 33% das embarcações existentes, 10 num total de 30. Ao contrário, é em Ilha das Peças, assim como em Barra do Superagui, que se encontra o maior número de barcos motorizados. Das 67 embarcações ali registradas pelo IPARDES (1989), 53 são movimentadas a motor, ou seja, 79%. Além disso, a densidade por pescador atinge 40,5%, uma das maiores da região contra 28,5 em Tromomó.

Em Ilha das Peças, a maioria da frota compõe-se de baleeiras, bateiras e botes, embarcações de porte superior às canoas a motor, que se constitui nos principais tipos de barcos motorizados de Tromomó.

O uso de determinado tipo de embarcação, além de estar estritamente ligado ao poder aquisitivo do pescador, às suas condições sociais de posse, é influenciado pela forma de pesca praticada. A tarrafinha, por exemplo, de uso freqüente em Tromomó não requer embarcações a motor. As viagens para os pontos de pesca são feitas a remo, ou de reboque – a corrente de águas basta para o arrasto do camarão.

Ao contrário, para os pescadores de Ilha das Peças, a pesca em mar aberto, em condições de navegação e de captura muitas vezes difíceis, exige embarcações de maior estabilidade e potência, tais como as baleeiras, as bateiras e os botes. O volume de pescado capturado em mar aberto também requer embarcações de porte maior.

Dentro de uma mesma comunidade, a distribuição das embarcações pode ser desigual, como no caso da Ilha das Peças. Ali, em mais de 28% das famílias pesquisadas, 35% dos pescadores locais não possuem nenhum tipo de embarcação. As famílias proprietárias de uma só canoa a remo representam 15% dos pescadores da vila. Ao lado dessas, 22% das famílias têm embarcações, a maioria motorizada.

Em Tromomó, em que pese a menor variedade de embarcações existente, a repartição torna-se mais igualitária: quase todas as famílias são proprietárias de, no mínimo, uma embarcação. O único pescador que tem mais de uma embarcação motorizada, em número de três, é um dos negociantes existentes na vila.⁷

⁵ Poema de um pescador do COSTÃO, Apud Alvar e Alvar, 1979.

⁶ Trata-se de uma espécie de extensão de Canoa a remo: escavada num só tronco, seu porte torna-se maior pelas bordaduras.

⁷ Identificou-se a presença de três comerciantes de pescado na localidade.

2.2.1.2 Os Apetrechos de Pesca

Um conjunto de mudanças foi também evidenciado nas comunidades litorâneas de região quanto ao tipo de apetrechos de pesca utilizados.

Tradicionalmente feitos de materiais extraídos pelo pescador de seu ambiente (ver anexo 1), o que lhe permite uma relativa independência dos “bens” produzidos externamente, os apetrechos tais como redes, linhas, requeriam para a sua conservação tintas obtidas de fibras vegetais como aroeira. Hoje, a tinta é utilizada somente para a linha do espinhel, tornada mais escura, a linha fica mais difícil de ser vista pelo baiacu-guará que costuma cortá-la.

Somente o algodão, ou “fio de Hamburgo”, segundo os próprios pescadores, era comprado em armazéns de Paranaguá. Alguns produtos específicos eram adquiridos em comunidades vizinhas, como o chumbeiro de barro, em geral adquirido na localidade de Medeiros, onde havia especialidade na fabricação desse tipo de artesanato.

O uso crescente de materiais sintéticos na confecção dos apetrechos de pesca provocou modificações sensíveis nas condições de captura do pescado na região em foco.

Hoje, em que pese as redes serem ainda feitas pelos pescadores locais, o fio de náilon, ou mesmo o pano fabricado industrialmente são fabricados em Paranaguá. As fibras naturais não são mais utilizadas na confecção de redes, permanecendo, porém, em certas atividades de pesca: o cipó, por exemplo, é ainda usado para tecer os cestos e os viveiros para camarão, servindo para a coleta dos peixes e crustáceos capturados, ou para fechar os sacos de caranguejos levados para Paranaguá.

Do mesmo modo, subsistem na Ilha das Peças as bóias de purungo – fruto colhido de plantas cultivadas na vila – que servem como *espia* e sustentáculo para redes e espinhéis. Do purungo, também se faz cuias para vazar água das embarcações.

O chumbeiro de barro, mais adequado que o chumbo moderno para a pesca nos locais lodosos e arenosos, ainda é empregado em certas comunidades da baía, tal como a Ilha das Peças, que utilizam arrastões de praia.

A superfície maior do chumbeiro de barro, se comparado o chumbo moderno, impede-o de se enterrar, facilitando o ato de puxar a rede depois do lançamento.

Além dos materiais utilizados na confecção de apetrechos se apresentam distintos, evidenciaram-se modificações quanto ao seu tipo.

O espinhel que, por volta dos anos 60⁸, representava, junto com a linha, um dos principais instrumentos de pesca utilizados tanto em Tromomó quanto em Ilha das Peças, perdeu hoje sua supremacia. A feiteiceira, rede de origem portuguesa feita com “três panos justapostos, dois de malhas largas, colocadas nas partes exteriores e uma de malha fina, de permeio” (Mussolini, 1980), não é mais empregada em Tromomó, onde se encontrava até então. O arrasto de praia, rede tradicional de captura da tainha e também usada na captura de outras espécies como o parati, está em vias de desaparecimento, principalmente, se considerar que em vez dos cinco arrastos existentes hoje, havia cerca de 25 em Ilha das Peças em 1963.⁹ Apesar de nunca ter apresentado as mesmas características semelhantes às duas praias do litoral Sul, em razão da geografia e da cobertura vegetal da baía, a pesca com rede de tainha (ou arrasto de praia) constitui a forma típica de uma pesca coletiva de muita importância na vida social das comunidades.

Com referência à captura do camarão praticada no estuário, muitas mudanças também se evidenciam. Segundo pescadores mais idosos, o processo de captura do camarão passou por três etapas distintas. O **arrasto de praia**, inicialmente manejado por vários pescadores na captura do camarão, foi

⁸ Ver dados de CIA de Desenvolvimento Econômico do Paraná

⁹ Ver dados de CIA de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

substituído pela tarrafa. A pesca de camarões com tarrafa implicava na preparação de um engodo, feito de carne de peixe cozida e misturada com barro. O pescador jogava o engodo em torno de sua canoa a remo, esperava a chegada dos camarões e lançava a tarrafa.

Um terceiro tipo de apetrecho, a tarrafinha – também chamada de gerival em outras localidades – foi criado há mais ou menos doze anos por um pescador do município de Paranaguá e consiste numa adaptação tradicional da tarrafa. A forma da rede é a mesma, circular, mas a metade da bordadura inferior é enrolada a uma vara. A parte superior da rede é coberta por uma carapuça, rede na forma de saquinho, destinada ao aprisionamento do camarão. A tarrafinha desempenha as funções de um arrastão. O pescador, sozinho em sua canoa a remo, mergulha a rede e segura a vioneira: a corrente da maré permite à “tarrafinha” arrastar o fundo.

O uso da “tarrafinha” é, segundo alguns pescadores, responsável pela sobrepesca do camarão no estuário. Em primeiro lugar, ela pode ser utilizada tanto no meio quanto nas margens dos canais, enquanto o arrasto de praia e a tarrafa eram adaptados somente a águas de pouca profundidade. Assim, o camarão não consegue mais fugir para o canal onde ele, hoje, é também capturado. Em segundo lugar, prática da “tarrafinha” não exige um saber pescar particular, nem o uso da força. Desse modo ela passou a ser utilizada também pelas crianças, o que fez crescer o número de pescadores envolvidos na pesca do camarão.

Através da análise de documentos e depoimentos locais, notou-se uma especialização dos pescadores no tipo de apetrechos utilizados.

Em Ilha das Peças, o arrastão de prancha ocupa a primeira posição no que diz respeito ao volume capturado. É um apetrecho utilizado em mar aberto para a pesca do camarão (arrastão de prancha é proibido no estuário).

Com o crescimento da potência dos motores, hoje é freqüente uma embarcação arrastar com duas redes simultaneamente. Ausente em 1963¹⁰, foram registrados, atualmente, através da pesquisa de campo cerca de 30 **arrastões de prancha**, fato significativo se se considerar o poder da captura dessas redes e a destruição do fundo marinho por elas provocada.

A rede de emalhar, usada tradicionalmente como rede de espera tornou-se, em certos casos, rede de caceio. Ela é destinada à captura de várias espécies. (bagre, pescada, pescadinha, etc.), conforme o tamanho das malhas. Seu poder de captura se deve ao comprimento da rede, possibilitado pelo uso do fio de náilon.

Enquanto o arrasto de prancha e a rede de caceio são de alto custo, a tarrafa, a tarrafinha e o espinhel tornaram-se os únicos apetrechos acessíveis aos pescadores “mais pobres”, devido a seu relativo baixo custo.

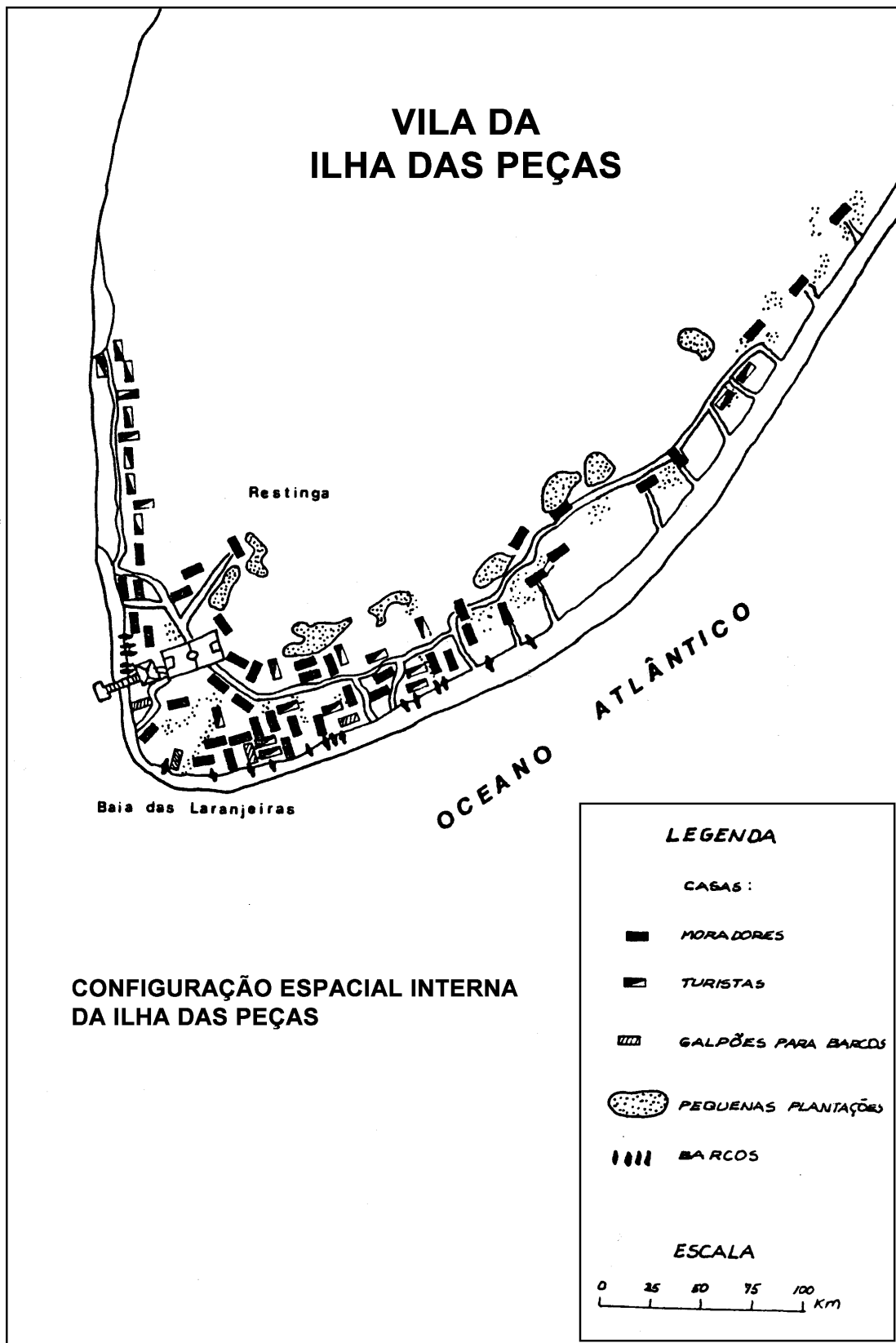
A rede de caceio é também muito utilizada em Tromomó, onde há uma rede para cada dois pescadores, não existindo, porém, arrastão de prancha. A tarrafinha torna-se o único meio de captura do camarão e o apetrecho mais adotado nessa vida.

Além da tarrafinha e da rede de caceio, encontram-se em Tromomó alguns espinhéis e puçás, estes últimos usados na captura do siri.

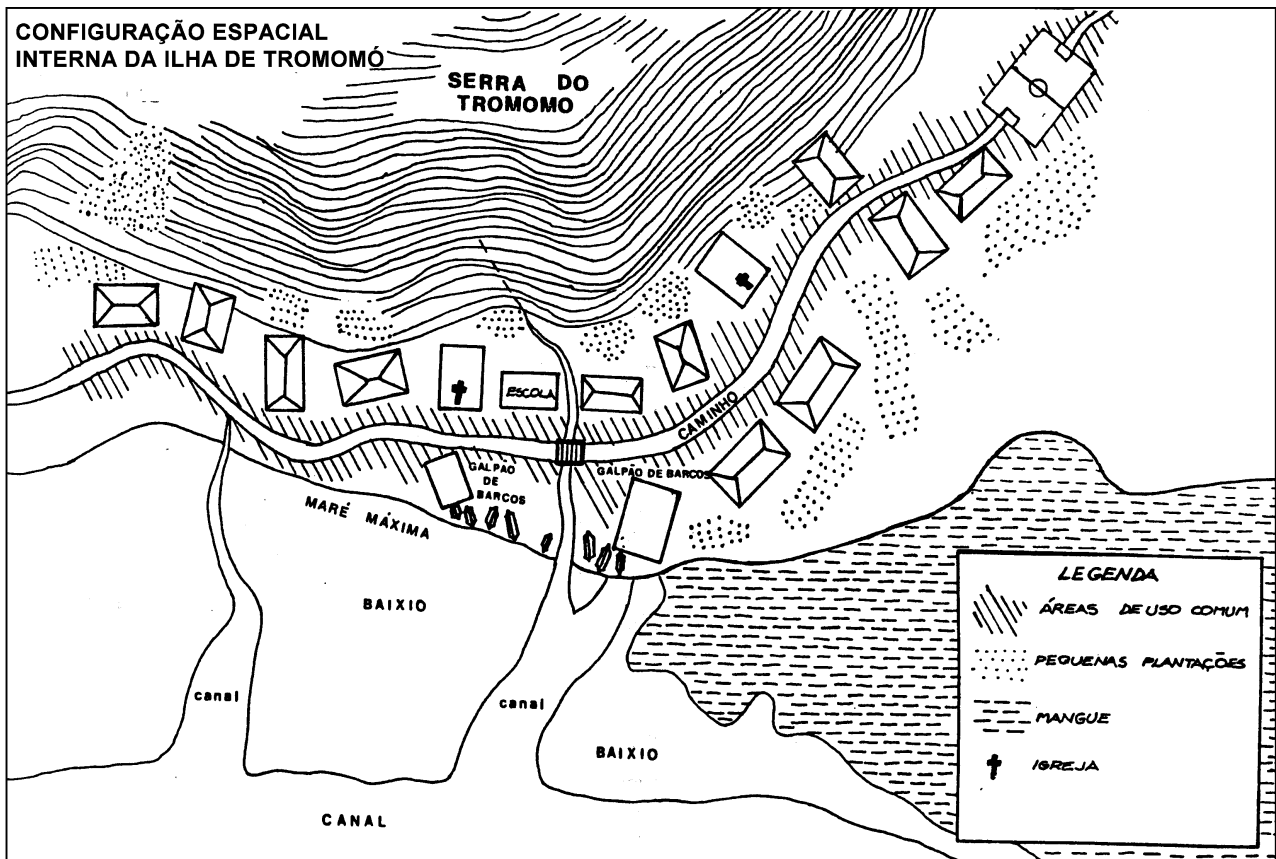
O curral, chamado na baía cerco de taquara, é pouco usado pelos pescadores das duas comunidades pesquisadas: o único existente pertence a um pescador de Ilha das Peças e é colocado no rio das Peças. Tradicionalmente feito de materiais naturais extraídos localmente, o cerco sofreu mudanças: a taquara, no caso de Ilha das Peças, foi substituída há poucos anos por tubos de plástico (PVC), evitando assim a degradação rápida do apetrecho.

¹⁰ Ver dados de CIA de Desenvolvimento Econômico do Paraná, 1963.

Mapa 2



Mapa 3



2.2.2 Os locais e pontos de pesca

Configurando-se como um território de características peculiares, o espaço marítimo é explorado pelo pescador de modo bastante específico e diferenciado, em consonância a uma série de fatores que se conjugam entre si.

Identificaram-se, nas comunidades pesquisadas, dois tipos de espaços que integram seus territórios de pesca: o local e o ponto.

Por local de pesca entende-se o espaço que assim se caracteriza por suas condições geográficas e climáticas favoráveis. O local pode abranger, no seu interior, numerosos pontos de pescas específicos, nos quais os pescadores realizam seu trabalho, conforme a época do ano, a partir de um conhecimento prévio acumulado ao longo do tempo.

2.2.2.1 Os locais de Pesca

No âmbito desse estudo, distinguem-se três lugares de pesca: a beira-mar, o estuário e o mar aberto.

A localização das comunidades e o ambiente que as envolve, assim como o tipo de embarcação, são os principais elementos que definem a possibilidade ou a impossibilidade de exploração de um determinado local de pesca. No caso específico de Tromomó e Ilha das Peças tais elementos assim se conformam, definindo as possibilidades e limitações na exploração dos espaços.

Além de fatores de ordem econômica e social que vêm dificultando a pesca costeira, a proximidade da entrada da baía em Ilha das Peças, por exemplo, tornou-se um dos fatores de desenvolvimento da pesca no mar aberto, de onde, atualmente provém a maior parte da produção da vila. As águas interiores do estuário não deixaram de ser exploradas. Porém no tempo passado, a

captura do pescado era realizada essencialmente nas águas da própria baía, conforme revela Mourão (1971). Hoje, a prática da pesca nessa comunidade inclui os espaços de mar aberto. O crescimento, já apontado, do número de embarcações de mais porte e estáveis, também constitui condição *sine qua non* para as mudanças dos locais de pesca.

Ao contrário, a distância que separa Tromomó da entrada da baía faz com que o mar aberto aí fique fora do alcance, sendo as águas estuarinas as únicas exploradas. Também, a canoa a remo – principal embarcação da vila – não permite a pesca e a navegação em águas mais perigosas.

“O MAR ABERTO! Não é todo mundo que vai”, exclama um pescador da região. Essa colocação parece traduzir, de um lado, que pescar em mar aberto significa necessariamente dispor de instrumentos tecnologicamente mais adequados; de outro, parece estar incluído aí, que pescar em mar aberto implica “coragem”, “bravura”, penetrar num espaço desconhecido: o mundo do “mar de fora”, para os pescadores estuarinos, é um mundo difícil, agressivo, que escapa do seu próprio domínio.

Uma primeira distinção entre os locais de pesca de Ilha das Peças (mapa n. 3) e de Tromomó (mapa 2), foi apontada. A segunda, diz respeito à configuração do espaço beira-mar. Do mesmo modo que a morfologia e a cobertura vegetal da costa influem sobre a existência e a extensão do porto, elas condicionam as possibilidades e as impossibilidades das formas de exploração da beira-mar.

Constituída por uma extensa praia de areia, livre de entulhos e pedras ou recifes (e no norte por uma área tornada facilmente limpa) a beira-mar de Ilha das Peças é o domínio privilegiado da captura de espécies tais como a tainha, o parati, e do manejo de apetrechos adaptados ao meio ambiente como rede de cabo, tarrafa, etc. Assim, ela representa ao lado do mar aberto e das águas estuarinas, um local de pesca de grande importância para os pescadores da vila.

Em Tromomó, a faixa costeira é lodosa e coberta de manguezais e consiste apenas em local de pesca apropriado para captura do siri. A vegetação ali existente torna difícil o manejo de outros apetrechos.

Para os pescadores dessa vila, a distinção entre os locais de pesca – todos no estuário – é feita em função da distância que os separa da comunidade. Interrogados sobre o local aonde eles costumam pescar, os pescadores respondem: “aqui perto”, no “nosso mar” ou no “mar de Tromomó”, para falar dos locais mais próximos, e “lá fora” é uma expressão utilizada para as zonas de pesca mais afastadas, da baía de Guaraqueçaba até Guapicu.

2.2.2.2 Os Pontos de Pesca

Os pontos de pesca são lugares específicos, admitidos como nichos ricos em pescado e identificados pelo pescador através de um saber empírico e ancestral, ao longo da prática de sua atividade.

Os nomes dados aos pontos de pesca em Tromomó (mapa n.3), se caracterizam seja pelo lugar geográfico, “Ilha do Banana”, “Ponto de Rubuquara”, “Ilha do Rato”, seja a particularidades que os simboliza, como o “baixio do Perigo”, o “Canal do Perigo”, ou a “Ponta das Pedras” (pontos de pesca – Ilha das Peças, mapa n.2).

Além disso, em Ilha das Peças alguns pontos são chamados pelo nome do proprietário. De fato, uma das características particulares da pesca nessa localidade é o pertencimento de certos pontos aos donos dos instrumentos de trabalho. Esse fenômeno diz respeito somente a quatro pontos de pesca de cabo, chamado “Lanços” – todos localizados no rio das Peças, no norte da vila.

A propriedade de um “lanço” é efetiva e adquire-se seja pela escolha, limpeza do lugar e construção de uma casinha destinada a abrigar vigias, seja por compra. Essa posse é reconhecida e respeitada por todos. Porém, como afirma Wilson (pescador local): “se o dono não utiliza, cada um

pode ir pescar lá”. Assim, a noção de propriedade de um “lanço”, parece estar associada à idéia de prioridade.

Os pontos de Ilha das Peças são assim designados na sua relação de propriedade. O “Lanço da coroa” pertencia ao Silvio (hoje falecido) e pode ser utilizado por todos. O “Lanço do Carvalho” foi comprado por Sebastião de Carvalho, o primeiro proprietário de lanço na vila. O mesmo Sebastião, negociante e dono de numerosos instrumentos de pesca, tem um segundo lanço, chamado “Lanço do Bastião”. “Perto das pedras”, “embaixo da casa de turistas”, segundo os moradores, encontra-se o “Lanço da ponta do baixio”, do Miguel.

No tempo passado, na época da safra, os pescadores de Ilha das Peças e de Tromomó costumavam deslocar-se para um lugar localizado perto de um porto, tal como Ilha de Teixeira, Guararena, Jererê para a pesca da pescada, onde eles paravam em barracas de lona. Lá, eles ficavam até um mês, voltando para as vilas somente nos finais de semana. Também paravam no mesmo lugar, pescadores de outras vilas da baía.

2.2.3 Ciclo da Pesca

A diversidade dos apetrechos de pesca de que dispõe o pescador, e sua adequação aos ambientes marinhos se apresenta como condições necessárias para que o ciclo biológico de cada espécie seja respeitado.

O pescador da região costuma dividir o tempo da pesca em duas épocas no ano: a pesca de verão ou de “tempo quente”, de um lado, a pesca de inverno ou “de tempo frio”, do outro. De um modo geral o tempo frio diz respeito à pesca da tainha, enquanto as outras espécies integram a captura de verão.

Considerando essa característica pesqueira, fica evidente que em Ilha das Peças a repartição anual da produção é mais equilibrada que em Tromomó, onde o inverno corresponde a uma época fraca, sobretudo por causa do baixo preço do bagre no mercado.

2.2.3.1 Tromomó

Em tromomó, a produção pesqueira reparte-se, ao longo do ano, entre o camarão branco (*Penaeus schimitti*), o bagre (fam. ariidae), a pescadinha (*Cynoscion virescens*) e o siri (*Callinectes danae*) que são as principais espécies capturadas, segundo informações recolhidas da vila.

A safra de camarão estende-se de fevereiro até abril ou junho, conforme os anos, com pico em fevereiro. Devido ao seu alto valor comercial e à falta de outros apetrechos, a captura do camarão-branco abrange o ano todo, sem consideração da época de reprodução da espécie. Segundo informações da EMATER, são aproximadamente seis toneladas de camarão capturadas ao ano.

O bagre é também capturado o ano todo, com pico em novembro-dezembro. O modo de sua captura varia segundo a época do ano. A rede de caceio é empregada nos meses de setembro-outubro, quando, conforme depoimentos dos pescadores, “o bagre está com ovo na boca”, ou seja, durante a época de reprodução. Nos demais meses, a espécie é capturada seja por espinhel, seja por caceio. A quantidades de bagres pescada no ano (dez toneladas, segundo dados da EMATER) coloca a espécie em primeiro lugar em nível de produção da comunidade.

A pescadinha é, depois do bagre, o peixe mais capturado. A rede de caceio torna-se também o principal apetrecho utilizado em Tromomó para a captura dessa espécie. Essa captura ocorre o ano todo, segundo informantes locais, sendo março e abril os meses mais favoráveis.

Nos canais que envolvem a vila são colocados puçás enfileirados para a pesca do siri. Ela se desenvolve o ano todo, com a safra entre outubro a março. Nos meses mais frios, o crustáceo azul enterra-se na lama e a sua captura torna-se mais difícil.

Em novembro e dezembro, o caranguejo de mangue (*Ucides cordalis*) representa uma parte sensível da renda dos pescadores. É, sobretudo nessa época de reprodução que a captura torna-se mais fácil; quando os machos saem dos buracos à busca de fêmeas. Somente os machos são capturados por várias razões: a necessidade de preservar a espécie é muitas vezes mencionada pelo pescador. A isso se soma o fator de os machos serem mais numerosos. Enfim, o peso do macho, maior, faz com que a venda seja facilitada em Paranaguá.

A pesca de baiacu, que representava a pouco tempo, uma parte sensível de produção da vila (3.200 quilos por ano, segundo EMATER), hoje desapareceu. A proibição oficial foi declarada devido à toxina (Tetraodontoxina) que contém o peixe. Apesar de conhecer a forma correta de sua preparação, os pescadores locais concordaram com essa medida: as próprias experiências feitas por eles, dando a carne não limpa a galinhas e gatos, demonstraram-lhes o alto teor de veneno desse peixe. O baiacu era capturado por puçás específicos.

2.2.3.2 Ilha das Peças

A produção pesqueira em Ilha das Peças é baseada principalmente no camarão sete barbas (*Xihopenaeus Kroyeri*), na tainha (*Mugil brasiliensis*) e em outras espécies.

A partir de meados de maio, até julho ou agosto, se realiza a captura da tainha, espécie vinda do sul do Brasil, que entra nos estuários para a sua reprodução.

A captura da tainha requer o empenho de numerosos pescadores. Quatro tipos de apetrechos servem à sua captura: a rede de caceio, o arrastão de praia (chamado, então, de rede para tainha), a tarrafa e o curral.

Nos demais meses dos anos, desenvolve-se, nessa localidade, a captura de outros peixes: robalo, (novembro-fevereiro), pescada (agosto-janeiro), corvina (setembro-dezembro).¹¹

2.2.3.2 Lua, Ventos, Chuva

Assim como os pescadores conhecem os lugares adequados à captura de certas espécies, os astros e os componentes do clima fazem parte do universo e da sua sabedoria: a lua, os ventos e a chuva são elementos integrantes de atividade pesqueira artesanal.

“A lua mexe com a pesca, a lua mexe com tudo”. Tais expressões são muitas vezes evocadas pelos pescadores da região e integram particularmente o universo dos mais velhos. De fato, a lua é o principal componente que atua no ciclo da maré. Determinando a força da corrente, ela influi sobre a presença do peixe nobre, na modalidade de sua captura.

A lua cheia ou nova corresponde na maré forte, à maré que puxa mais. Ela favorece a captura realizada com redes de caceio, de espera: os sedimentos marinhos, afetados pela corrente tornam a água “suja”, preta, que impede ao peixe adivinhar a presença do obstáculo. Ao contrário, com a maré de quarto, a água fica limpa, e “o peixe vê a rede de longe”. Essa época torna-se favorável à pesca de linha, na medida em que a clareza das águas permite ao peixe ver a isca. Segundo os pescadores, com a maré de quarto “o peixe fica lá fora, porque não tem força da água”, enquanto a maré da lua, com a qual “a maré puxa mais”, facilita a entrada do peixe no estuário.

¹¹ Os dados recolhidos em Ilha das Peças, sobre o ciclo interno da pesca, exigem maior aprofundamento.

Na pesca do camarão com a tarrafinha, a lua também atua com papel importante. Na parada da maré, “o camarão se enterra na lama”, enquanto com a enchente e a vazante, a corrente “faz sair a comida” e corresponde ao momento do dia, mais favorável ao uso desse apetrecho.

Do mesmo modo, já se apontou o fato de a corrente servir como meio de navegação da canoa. Assim, só com o movimento da corrente fica possível o arrastão do camarão com a tarrafinha.

Os ventos também são atuantes na pesca. Segundo os informantes, o Leste e Norte-Leste seriam os melhores ventos para a pesca, particularmente para espécies tais como camarão, miraguaia, bagre, parati. Os ventos Oeste e Sul-Oeste, ao contrário trazem dificuldades como “Oeste, o Sul-Oeste são ruim para nós”, diz assim um pescador de Ilha das Peças. No caso da pesca da tainha, existem características particulares: o vento Sul, que “faz correr a tainha”, chamado “rebojo”, é esperado com impaciência na época da safra. Ele condiciona a chegada dos cardumes pela costa, e as alterações que muitas vezes ocorrem, fazem com que os cardumes tendam a se dividir.

Do mesmo modo, as chuvas, consideradas boas para a pesca da tainha, minimizam a captura das outras espécies. Elas tornam a água do estuário mais salobra e fazem com que o peixe saia do estuário para encontrar condições adequadas a seu desenvolvimento.

De todos esses exemplos dados pelos pescadores, coloca-se em destaque o papel dos elementos naturais na regulação da atividade pesqueira artesanal.

Com as mudanças ocorridas no domínio nos instrumentos de pesca, tais como no caso da motorização das embarcações ou do arrastão de prancha, o ciclo mensal e diário da pesca, torna-se mais e mais independente do ciclo climático e da lua.

O conhecimento dos efeitos da lua, dos ventos, da chuva, elementos integrantes da sabedoria e, por conseqüência da cultura tradicional do pescador artesanal tende a desaparecer, uma vez que se reduz a necessidade de um saber global do meio ambiente.

2.2.4 O tratamento e a Comercialização do Pescado

Configurando-se como últimas etapas do processo de trabalho nas comunidades, o tratamento e a comercialização do pescado sofreram, também, sensíveis mudanças com a completa integração da economia pesqueira no mercado.

Passada, ao longo dos anos, de uma atividade de auto-subsistência, para a pequena produção de pescadores -, lavradores e, atualmente, para a produção de pescadores artesanais¹² a pesca se transformou em única fonte de renda das populações das comunidades litorâneas. Assim, à parte a cesta familiar voltada para a alimentação doméstica, toda a produção pesqueira é, hoje, destinada ao abastecimento dos centros urbanos.

2.2.4.1 A *tratamento do Pescado*

O tratamento do pescado efetuado nas vilas era tradicionalmente uma atividade exclusivamente feminina, tal como ocorre ainda hoje. No entanto, as diferenças do tratamento dado ao pescado nas comunidades pesquisadas são profundas.

Em Tromomó, a totalidade do pescado destinado ao mercado é vendida “in natura”. Ao retornar da pesca, o pescador entrega a sua produção diretamente a um dos negociantes da vila que a

¹² Esse movimento histórico da atividade pesqueira combinada com outras atividades em determinados períodos é assinalada por Diegues (1983) em suas pesquisas, que traduz a passagem de pescadores-lavradores para a condição exclusiva de pescador.

estoca em caixas de isopor com gelo. A produção, no dia seguinte, sai para Paranaguá, principalmente, ou para Guaraqueçaba.

O siri, comercializado na região sob forma de carne cozida, e colocado em saquinhos de plástico, não dá, em Tromomó, lugar ao trabalho feminino, ao contrário do que ocorre na maioria das vilas estuarinas. Comerciantes de outras localidades levam o siri “in natura”, e são as mulheres de lá que realizam o seu tratamento.

Desse modo, as mulheres de Tromomó ficam fora de qualquer intervenção sobre o pescado comercializado. Assim observa um pescador local: “O trabalho da mulher é só em casa. Aqui as mulheres são folgadas (sic.). Elas não tiram a carne do siri”.

Somente a parte destinada ao consumo familiar passa por suas mãos, através do cozimento do pescado. A secagem ou a defumagem são tratamentos que se tornam cada vez mais raros. Apenas nas casas das mulheres idosas ainda pode-se observar o fogão a lenha, em cima do qual os peixes miúdos ficam dois ou três dias até chegar ao ponto de conservação adequada.

As saídas cotidianas para a pesca, fenômeno recente e ligado ao fato de a pesca ter se tornado atividade exclusiva, parece ser a principal razão do desaparecimento progressivo da defumagem. A maioria do pescado é consumida fresca e não existem geladeiras nem gelo nas casas. Somente para os casais idosos e sem filhos, e para os pescadores “mais pobres”, cujos instrumentos não garantem capturas diárias, torna-se a defumagem o único meio de se assegurar as refeições dos dias seguintes.

Em Ilha das Peças, ao contrário, as mulheres participam ativamente do tratamento do pescado. Além da limpeza e das eventuais secagens e defumagens do pescado destinado às refeições, incumbem-lhes o descascamento do camarão.

A espécie sete-barbas, que constitui a maioria do camarão capturado na vila, tem de ser, de fato, descascada antes de ser comercializada em Paranaguá. Trata-se essencialmente de um trabalho coletivo, do qual toma parte quase que toda população feminina da vila: o volume da produção, especialmente na época da safra, requer a presença de todas – jovens e mais velhas -, durante longas horas do dia e da noite.

Esse trabalho é realizado ao lado do rancho do dono dos instrumentos de pesca, onde estão estocadas as caixas de camarões. A mesa de trabalho consiste em tábuas compridas, fixadas a varas cravadas no chão, a volta da qual as mulheres trabalham em pé. Só as mais velhas permanecem sentadas sobre um tronco. Cada mulher coloca o camarão descascado por ela no seu próprio tacho trazido de casa. O momento “da pescada”, no linguajar local, é esperado com impaciência: o dia de trabalho foi longo e, enfim, serão conhecidos os ganhos, ainda que parcos. A mulher do “patrão” propõe o pagamento na hora, mas muitas preferem recebê-lo mais tarde, quando a quantia do dinheiro poderá ser mais significativa.¹³

O descascamento do camarão não dá lugar a nenhum contrato, nem escrito nem verbal. Dos dois lados, o empenho se faz de dia para dia. Muitas vezes, ele é baseado sobre relações de vizinhança, de amizade, ou de parentesco.

2.2.4.2 A Comercialização

De modo geral, em todas as vilas litorâneas da região de Guaraqueçaba o sistema de comercialização do pescado realiza-se, hoje com a presença de negociantes, originários da própria vila, donos de numerosos instrumentos de pesca, assumindo na maioria das vezes, o papel de “patrões”.

¹³ Segundo levantamentos efetuados em início de maio, constatou-se que o ganho desse trabalho é de NCZ\$ 0,40 por quilo, sendo que costumam descascar uma média de seis quilos diários.

Antigamente, entretanto, esse sistema baseava-se numa forma distinta: a troca entre produtos do “sítio” e produtos do mar era comum, no caso de Tromomó, com os lavradores de Serra Negra, Tagaçaba ou Rio Guaraqueçaba. O pescado era trocado por milho, arroz ou galinha. Ao lado disso, a parte da produção voltada para o mercado era entregue diretamente para Paranaguá pelo próprio pescador.

Tromomó representa um exemplo significativo do aparecimento recente de negociantes de pescado, o que contribui, através do alongamento da cadeia de intermediários, para minimizar os ganhos do pescador.

Todos os pescadores da vila têm, de fato, de entregar a produção diária a um dos três negociantes locais. A escolha entre esses três, por parte do pescador, baseia-se seja no preço oferecido, seja nos laços de amizade ou familiar. No entanto, o pescador que utilizou os apetrechos de um negociante fica obrigado a lhe entregar o volume de peixe fixado por ele.

Em Tromomó, embora exista o sistema de quinhão, não é retirada a parte dos instrumentos chamada “quinhão de rede”, que em outros lugares é, tradicionalmente do dono dos apetrechos. O “aluguel” é pago pela ajuda no conserto das redes. O pagamento do pescado é feito na hora, mas foram registrados casos de pagamentos posteriores, quando o negociante retorna a Paranaguá.

Ao vender os seus estoques, seja no mercado de pescado de Paranaguá, seja nas peixarias desse mesmo lugar ou de Guaraqueçaba, conforme a qualidade e a quantidade, o negociante recebe, de graça, uma quantia de gelo que lhe permitirá conservar a produção da vila até a próxima viagem.

O gelo e a propriedade de uma embarcação motorizada de porte suficiente são os fatores determinantes do oligopólio detido pelos negociantes. A produção de cada pescador, muitas vezes fraca e em todos os casos insuficiente, não lhe dá condições de entregar diretamente seu pescado ao “gaivota” ou à empresa: o ganho obtido não cobrirá as despesas de viagem. Além disso, o tipo de sua única embarcação (canoa a remo) constitui um obstáculo para deslocamentos até os lugares de venda.

O mesmo sistema está em vigor em Ilha das Peças, mas não abrange todos os pescadores. Somente os mais despossuídos, ainda numerosos, dependem dos negociantes da Ilha. Os outros, os que dispõem de uma embarcação motorizada, entregam, eles mesmos, a sua produção em Paranaguá.

A pesca do camarão no Mar aberto assegura, ainda que cada vez em menor nível, uma produção suficiente para cobrir quase que diariamente as despesas da viagem. Fora da época de safra, alguns se agrupam para entregar alternativamente a produção do grupo.

Na entrada dos trapiches de Ilha das Peças foi construída uma edificação, com escritório e frigorífico, pertencente à COOPESPAR, sem nunca ter funcionado, segundo as informações colhidas na vila, devido à falta de energia elétrica. Em realidade, a COOPESPAR somente é efetiva no litoral sul do Paraná. O prédio de Paranaguá é alugado a uma empresa de pescado. O prédio de Barra de Superagui, destinado à Cooperativa, também se apresenta desativado. Parece que o risco da chegada de uma empresa privada não deixará de pesar em Ilha das Peças. Já em Barra de Superagui, comunidade vizinha e apresentando as mesmas características, o fenômeno está ocorrendo.

3. FORMAS TRADICIONAIS E ATUAIS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS RECURSOS NATURAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Com base nos dados anteriores, uma análise comparativa entre o tempo passado e o tempo presente demonstra que as populações litorâneas da região de Guaraqueçaba vêm sofrendo, nas últimas

décadas, um intenso processo de transformação em sua vida econômica, social e cultural e na relação estabelecida com o meio ambiente natural.

Os novos processos sociais atuantes na região têm provocado alterações significativas nas técnicas produtivas, nos hábitos, valores e estilo de vida, na concepção da natureza e, por conseguinte, na forma de utilização do espaço e dos recursos naturais.

Enquanto no passado as populações litorâneas possuíam uma economia diversificada e integrada à natureza, com certo grau de auto-suficiência, hoje essa diversificação e equilíbrio tendem a se romper, a partir da ampliação dos laços da economia litorânea com a produção mercantil, tornando-as cada vez mais dependentes dos chamados “bens” industriais¹ Essas populações – principalmente as gerações mais recentes -, vêm deixando de praticar a caça, a agricultura, o artesanato (tal como antes ocorria em conjunção com a atividade pesqueira) para se dedicar quase que exclusivamente à pesca.

Embora algumas dessas práticas tradicionais de exploração dos recursos naturais ainda permaneçam no presente – mesmo que esporadicamente -, nota-se que houve alterações no desenvolvimento de tais atividades, particularmente no interior da atividade pesqueira, conforme dados de campo.

Entretanto, o que é importante acentuar, num primeiro momento, é que a pesca, a caça, a coleta e a agricultura eram desenvolvidas no passado de modo conjugado, garantindo um nível de sobrevivência social básico às populações litorâneas. Ademais, tais atividades eram realizadas sem afetar a dinâmica dos ecossistemas locais.

A lavoura, por exemplo, era praticada em pequena escala, em espaços determinados para certos tipos de plantio, de conformidade com a época e as necessidades de consumo. Embora as terras litorâneas não sejam muitas vezes agricultáveis, em função de baixa fertilidade de seus solos, registra-se, que neste século, a lavoura passa a se desenvolver com base no “sistema de pousio”, ou seja, de “não uso da terra por períodos de tempos variáveis entre 5 e 20 anos² concorrendo, assim, para a preservação do solo e das espécies. Isso significa que com o descanso da terra nesse intervalo de tempo, ocorre “recuperação da cobertura vegetal, passando por diferentes e sucessivos estágios perturbados, tendem formar florestas mais desenvolvidas... secundárias”³.

O início do desaparecimento da lavoura como parte da vida das comunidades litorâneas, se dá por volta dos anos 50-60, em função de um conjunto de fatores de ordem física, econômica e social. Além da baixa fertilidade natural do solo e a falta de apoio à atividade, através da orientação técnica adequada, as restrições impostas pela legislação do uso do solo, a intensificação da pesca comercial – que passa a exigir maior dedicação de tempo – são fatores que contribuíram para o abandono da prática agrícola em muitas comunidades litorâneas, como se pode verificar na região do Tromomó, onde a agricultura praticamente desaparece em 1980⁴. (mapa 4)

Com relação à caça, verifica-se que além de ser uma atividade acessória, desenvolvida eventualmente como forma de complementar a dieta alimentar, as populações litorâneas quando praticavam essa atividade, o que faziam respeitando a época de reprodução dos animais. Assim revela o pescador José (Dedé): “costumavam caçar no vento oeste, principalmente até o mês de agosto. Do mês

¹ Não obstante esse processo tenha início com a colonização européia, particularmente durante o século XIX, não foi possível aqui se proceder a uma análise do “passado” das comunidades litorâneas da região em seus distintos momentos históricos, onde cada qual se apresenta como uma configuração particular. Por exemplo, apesar de dentre meados do século passado Guaraqueçaba ter-se tornado um importante pólo agrícola de exportação para a região do Prata e apresentar um nível de dependência maior com os centros urbanos, no que se refere a de origem industrial, aos meios de produção e bens de consumo de origem industrial, assume-se aqui, a hipótese de que esse processo tem-se acentuado durante esse século, a partir das últimas décadas.

² Ver Macrooneamento Florístico e faunístico da APA de Guaraqueçaba, Curitiba, p.2.

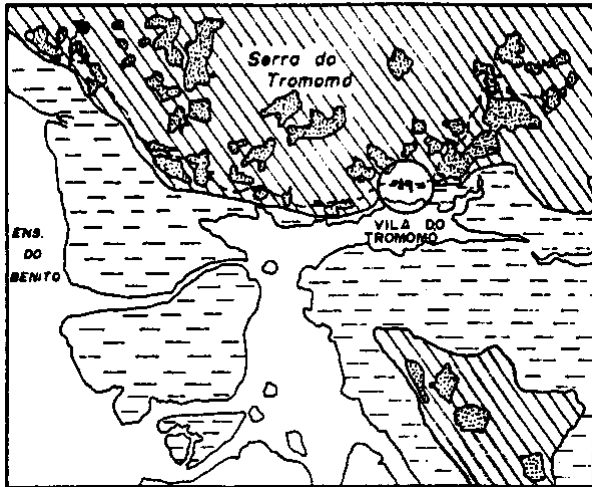
³ Id., *ibid.*, p.2.

⁴ A maior parte das comunidades litorâneas da região, não mais pratica a agricultura. Foi constatado, porém, que em Barra de Ararapira a comunidade desenvolve roças de subsistência ao lado da atividade pesqueira.

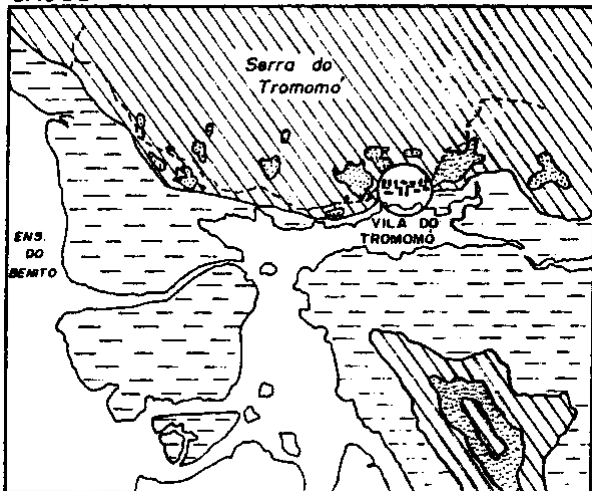
de agosto em diante (os animais) estão se criando, aí também vão emagrecer...” (Ilha das Peças, junho/89).

Mapa 4. Evolução da agricultura em Tomomó

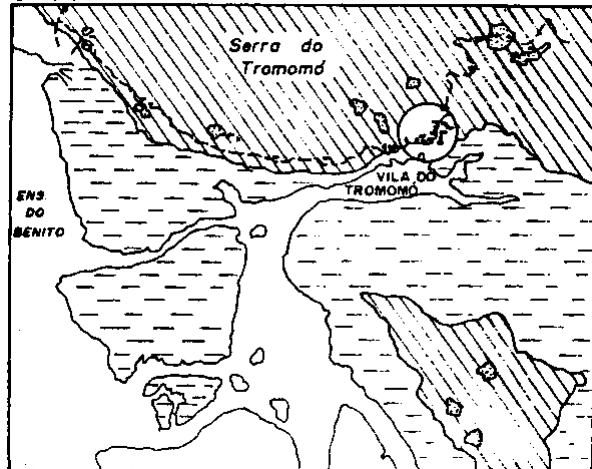
a. 1953



b. 1963



c. 1980



-  AGRICULTURA
-  MATA
-  MANGUE
-  estrada
-  casa

escala (aproximado)



FONTE: Baseado em fotografias aéreas da aerosul S.A. – DES – F. Morais

Hoje, em vista da ocorrência de proibição da caça, de acordo com a legislação em vigor, essa atividade quase não é praticada nas comunidades estudadas. É interessante notar, entretanto, que embora possam ainda ser objeto de esforço cinegético (seja pelas populações locais, seja por caçadores profissionais que atuam na região, escapando ao controle dos órgãos de fiscalização), do levantamento faunístico foi possível verificar que as espécies caçadas no passado como o tatu, a capivara e a paca são espécies ainda em ocorrência na região, não se encontrando em ameaça de extinção.

Tal tipo de preocupação parece se evidenciar nas atividades extrativas. O corte de algumas espécies de madeira, por exemplo, ocorria apenas, em determinadas épocas, quando se obtia maior seletividade e qualidade de espécies para a confecção dos instrumentos de trabalho e objetos domésticos. O depoimento abaixo atesta essa assertiva:

“A canoa era feita de qualquer pau, sendo grande se faz com qualquer uma. Agora tem que saber, conhecer o que é melhor – a madeira muito pesada não é bom. As preferidas são o guapiruvu, os cedros, são madeira leve. É tem época para cortar – na minguante. A madeira no crescente, quando corta no crescente a água tá nos galhos e decerto na minguante ela vem para a raiz. Então se o camarada corta na crescente... à madeira começa a escorrer água. Tem época sim”. (Depoimentos de pescadores de Ilha das Peças e Tromomó, 1989).

De outro modo, o levantamento florístico efetuado pelo estudo já referido, demonstra, considerando as principais espécies utilizadas na produção da vida material e cultural das comunidades litorâneas, que algumas dessas espécies ocorrem na região com graus variados de frequência, abundância, sem, contudo, terem se tornado raras.

O que parece, efetivamente, evidenciar-se – e que a alteração significativa da cobertura vegetal na região em foco ocorre com o crescimento da extração de madeira em escala comercial, ao lado da introdução de pastagens. Esse processo que se inicia em meados do século passado, com a colonização européia, vem se intensificando durante este século, particularmente nas últimas décadas, com a instalação crescente de empreendimentos agropastoris e madeireiros por grupos econômicos estranhos à região, se verificará adiante. Conforme revela o estudo citado, “... anteriormente a esse processo (referindo-se a colonização européia), (...) a região era habitada por índios Carijós (leia-se Guarani) e Tupiniquins, cujos hábitos de vida dificilmente teriam ocasionado alterações significativas na paisagem...”⁵.

Do mesmo modo, como se viu, as formas tradicionais de utilização do espaço e dos recursos naturais desenvolvidas pelas populações litorâneas continham um conjunto de mecanismos internos, naturais e culturais, que permitam um dado controle ecológico, impedindo o esgotamento das espécies.

No caso específico da pesca, verificou-se que a abundância e a disponibilidade de recursos, face às necessidades sociais de uma economia de pequena escala, permitia a exploração do meio ambiente estuarino e marinho (esse em menos grau no passado) com técnicas adaptativas a tais ambientes, sem destruir os estoques pesqueiros.

Atualmente, muitas mudanças se manifestam no interior dessa atividade, tanto em relação às técnicas e ao ritmo produtivo, como ao nível das relações de trabalho, das formas de tratamento e comercialização do pescado e em termos de repartição do produto. Nas relações de trabalho, por exemplo, o que se evidenciou é que antes se “pescava com” – proprietário dos instrumentos de trabalho também pescava, fazia parte do processo produtivo, numa relação de parceria -; hoje, se “pescava para” – o proprietário dos instrumentos pesqueiros não mais participa diretamente do processo produtivo. Esse proprietário é, na maioria das vezes, o próprio negociante que simultaneamente detém a posse de muitos aparelhos de pesca e controla o processo de circulação do pescado. Também o sistema de partilha passa a ser diferenciado: se antes a repartição do produto se dava por partes (1/3 para o “dono” e 2/3 para os “quinhoeiros”), já numa relação desigual; hoje, com a motorização e a

⁵ Ver Macrozoneamento Florístico e Faunístico da APA de Guaraqueçaba. op. cit. p.1 e 2.

introdução de redes mais “sofisticadas”, a parte que vai para o “dono” passa a ser maior do que antigamente, uma vez que a parte da rede e do combustível do barco é apropriado pelo proprietário.

A pressão demográfica em relação aos recursos pesqueiros, quer pelo crescimento vegetativo da população, quer pela migração⁶, ou pela falta de alternativas econômicas (com o aparecimento da agricultura e a proibição da caça), assim como a adoção de técnicas inadequada à exploração dos ecossistemas aquáticos, tem provocado o chamado fenômeno da sobrepesca. A inserção crescente da atividade pesqueira numa economia mercantil tem pressionado um aumento no volume da produção e no nível de produtividade, levando à utilização de métodos da captura inapropriados. Como consequência, tem-se o fenômeno da sobrepesca ocasionando uma redução dos estoques pesqueiros e uma alteração no ciclo biológico de reprodução das espécies.

Cabe observar que o aumento da produção pesqueira – quando ocorre em vista das pressões externas – nem sempre tem correspondido ao crescimento no nível de renda dos pescadores. Ao contrário, o que se verifica é uma tendência à pauperização relativa das populações litorâneas que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência⁷.

O fato de a pesca ser destinada ao abastecimento dos centros consumidores faz com que o acréscimo do esforço pesqueiro ocorrido na região diga respeito principalmente às espécies de maior valor comercial, que são as mais demandadas pelo consumidor e que oferecem maior lucro para os negociantes de pescado.

O camarão representa um exemplo significativo das espécies mais valorizadas comercialmente. A introdução da rede de prancha, além das embarcações motorizadas, permitiu uma exploração mais intensa do “camarão sete-barbas” no mar aberto. Nas águas estuarinas multiplicaram-se as redes destinadas à captura do “camarão branco” como a “tarrafinha”. Dispondo dessa única rede para obter o sustento de suas famílias, os pescadores locais não têm outra alternativa: eles se tornam, pela força das circunstâncias, pescadores especializados na captura do camarão. Além de ser explorado por um número cada vez maior de pescadores, o camarão tende a ser pescado o ano todo, sem se considerar seu ciclo biológico específico. De janeiro a dezembro, é possível observar, nas comunidades do interior da baía, os pescadores em suas canoas e remo realizando a captura do camarão.

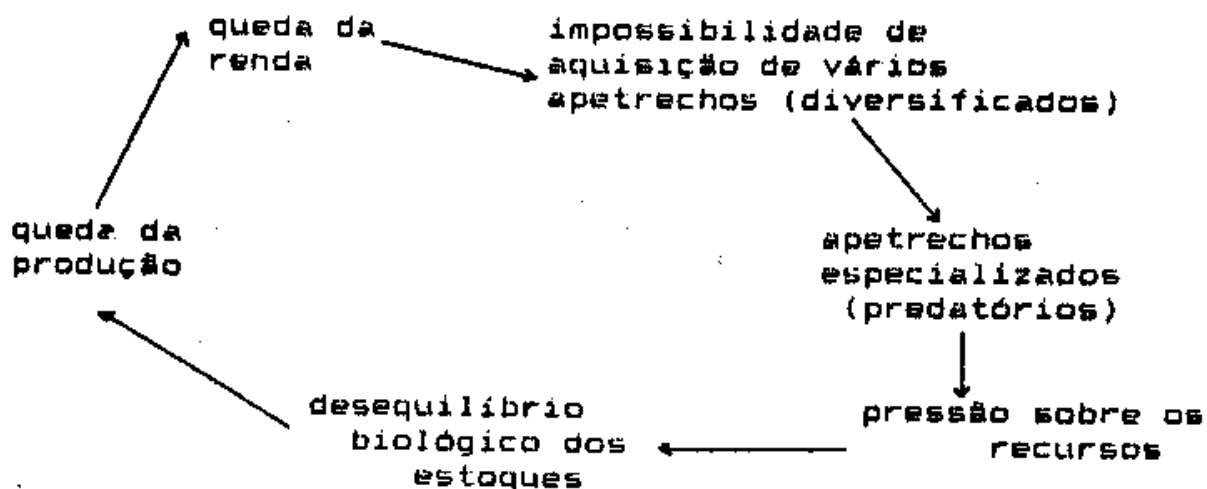
Assim, a tendência progressiva ao empobrecimento das populações litorâneas se deve à sua crescente inserção na economia de mercado e, conforme observado, da total dependência dos “bens” e meios de produção de origem industrial. O desaparecimento da lavoura e das demais atividades econômicas praticadas no passado – permitindo certo grau de auto-suficiência – são fatores que concorrem para essa tendência à pauperização, à medida que a população local passa a depender predominantemente de uma única atividade produtiva – a pesca – e das condições e regras da economia dominante, que escapam quase que totalmente do seu controle.

Além disso, as próprias condições atuais do desenvolvimento da atividade pesqueira e não permitem ao pescador artesanal assegurar um nível socialmente adequado de reprodução social, seja pelo valor do produto no mercado, seja pela exploração que sofre do intermediário, a pela falta de acesso aos meios de produção. Esse conjunto de fatores, com suas implicações, traz, concomitantemente, uma série de consequências sociais e ambientais. As atuais condições de vida do pescador não lhes permite adquirir apetrechos diversificados e adaptados à captura de várias espécies, o

⁶ Parece ser grande o número de lavradores do interior dos municípios da região e de outras localidades, que migram para a atividade pesqueira. Não foi possível se efetuar um levantamento quantitativo desse fenômeno marcante particularmente em Tromomó, onde 30% das famílias (há uma ou duas gerações) são originárias do campo e de outras comunidades pesqueiras do interior da baía, tal como o Costão.

⁷ Embora se tenha notado bastante precariedade do nível de saúde, habitação e no nível de renda, não foi possível, no âmbito dessa pesquisa, obter-se indicadores quantitativos preciosos que demonstrassem a problemática social regional como um todo em sua dinâmica interna. Embora vários estudos apontem tais indicadores de nível de vida relativos ao meio urbano-industrial para o contexto específico em questão.

que gera um desequilíbrio natural dos ecossistemas estuarinos e marítimos. Nesse sentido, tem-se a ampliação do seguinte “ciclo vicioso”:



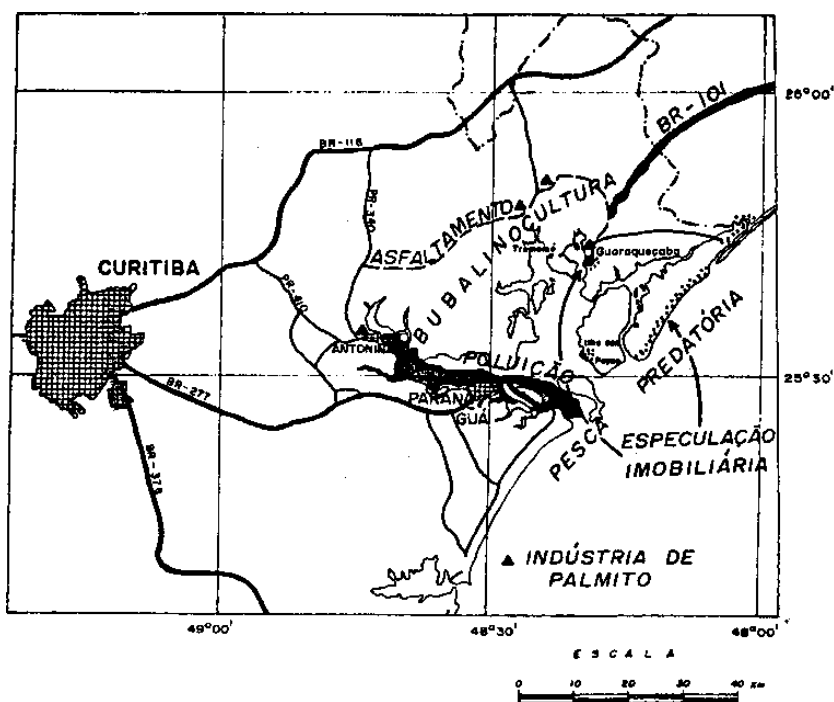
Ademais, ao se pode deixar de mencionar aqui que a pesca predatória empresarial, praticada nas entradas das barras do estuário (Barra de Ararapira e Barra de Superagui) tem diminuído a entrada de espécies marinhas que utilizam o estuário para se reproduzir, criar e se proteger dos predadores naturais, prejudicando a pesca artesanal no interior da baía. Conforme os pescadores artesanais, “os barcos” (referindo-se a modalidade empresarial da pesca), além de realizarem a captura com métodos inadequados, desrespeitando o ciclo reprodutivo das espécies, invadem o espaço da pesca artesanal, extraviando ou provocando estragos em suas redes.

A intensificação da pesca na costa paranaense em mar aberto por barcos empresariais dos estados vizinhos (São Paulo e Santa Catarina) representa assim um outro fator que vem contribuindo para a escassez dos recursos, tanto no “mar de fora”, quanto nas águas estuarinas. Apesar de a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE proibir o uso do arrasto de prancha dentro de três milhas da costa, esses barcos invadem continuamente as águas litorâneas, praticando a pesca intensiva e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente marinho, colocando em risco sobrevivência dos pescadores artesanais.

De outro modo, embora a região não seja de indústrias de grande porte, as águas estuarinas sofrem o fenômeno da poluição, cujo grau de intensidade, origem e efeitos sobre a atividade pesqueira ainda são mal conhecidos.

Além das pressões do mercado e da pesca industrial, há que se considerar que as novas frentes de expansão econômicas atuantes na região (mapa n.5) tem provocado alterações sensíveis em sua paisagem física e social.

Mapa 5. Frentes de expansão econômica



FONTE: SECRETARIA DOS TRANSPORTES – MAPA RODOVIÁRIO, 1988

DES. F. MORAIS

Conforme assinalado, a expansão do turismo e da urbanização – particularmente em Ilha das Peças tem se colocado como um fator de ameaça à cultura local, atingindo os espaços tradicionais de sobrevivência.

Ademais, nos últimos anos tem ocorrido uma intensa ocupação das terras litorâneas por grandes grupos empresariais, utilizadas seja para a implantação de novos empreendimentos, seja meramente para a ocupação especulativa. Embora nem sempre estejam diretamente presentes nas comunidades estudadas. Essas empresas se fazem notar nas áreas de entorno ou mesmo internamente à Área de Proteção Ambiental – APA, constituindo-se um elemento ameaçador à vida da cultura regional e de seus ecossistemas.

Cumpre salientar que essas novas atividades se baseiam fundamentalmente, no desenvolvimento da pecuária (particularmente da bubalinocultura) e na exploração de recursos florestais (madeira, lenha, palmito etc.), o que implica a derrubada de florestas. Além de se caracterizarem por baixo nível de atividade, tais iniciativas econômicas vêm sendo implantadas sem se considerarem as características ecológicas da região, o que tem levado à destruição de seus recursos aturais básicos⁸.

Um exemplo significativo disso, que se evidencia nas próprias comunidades estudadas: o empreendimento de caráter agropastoril, instalado aí e em vários pontos da ilha, a partir de 1985, pela empresa CAPELA (Companhia Litorânea Agropastoril Paraná S/A), com graves efeitos sócio-

⁸ Ver dados do estudo “APA de Guaraqueçaba – caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais”, IPARDES, 1988, p. 14-15.

ecológicos veio provocar forte reação por parte da população local, que se refletiu num movimento de resistência com características bastante peculiares de preservação da vida no litoral.⁹

Assim, mesmo em se tratando de uma região inserida na APA, onde se localiza uma Estação Ecológica e o Parque Nacional do Superagui, uma série de constrangimentos daí decorre. (ver mapa 6)

Primeiro, a Estação Ecológica tem como preocupação básica, a proteção dos recursos naturais e dos ecossistemas voltada fundamentalmente à pesquisa científica, dissociando, muitas vezes, a relação histórica e cultural das populações com o meio ambiente. Ou seja, ao dar ênfase à questão ambiental como variável independente, as demais variáveis parecem ser concebidas como fatores externos a ela, não se percebendo a relação dinâmica e recíproca que existe entre Homem e Natureza. Isso parece se verificar também na concepção do Parque Nacional do Superagui recentemente criado e das unidades de conservação em geral.

Segundo constatou-se que essas unidades ambientais foram implantadas sem a participação da população. Além dos entrevistados revelarem total desconhecimento sobre seu significado – muitos sequer tinham ouvido falar em tais unidades de conservação –,¹⁰ notou-se que quando se referem aos organismos públicos presentes na região tendem a confundir os órgãos ambientais e de fiscalização, acentuando seu caráter repressivo. Assim revela um dos pescadores da região:

“Eu não sei direito, só sei que eles servem (referindo-se aos órgãos presentes na região) para tirar do pequeno. A gente não pode plantar, não pode cortar porque eles vêm em cima da gente, o ITC, a polícia florestal, a SUDEPE, a SEMA e porque não vão atrás dos barco que pescam dia e noite com arrastão, e ainda por cima roubam a rede dos pequenos?”

Terceiro, pelo fato de extrapolar os objetivos da APA, a regularização fundiária das populações litorâneas – a APA difere das demais unidades de conservação porque contorna o problema da desapropriação... (SIC) – contribui para que a questão ambiental, enquanto dissociada de uma política fundiária, seja tratada independente da problemática social regional. Ou seja, a APA, por si só não tem condições de controlar as frentes econômicas existentes na região que, além de provocarem uma alteração ambiental, impedem os moradores tradicionais de ter acesso à terra seja em função da invasão imobiliária em suas áreas, seja em função de sua expulsão (ou das demais pressões econômicas nas áreas de entorno). Sem negar uma importância como unidade ambiental, observa-se nesse sentido, fragilidade na eficácia de sua ação.

Como controlar essa ocupação econômica que ameaça a região, podendo se tornar desenfreada, com efeitos desastrosos ao equilíbrio dos ecossistemas e à vida das populações locais, na ausência de uma política global que combine as necessidades sociais e econômicas locais com a proteção ambiental.

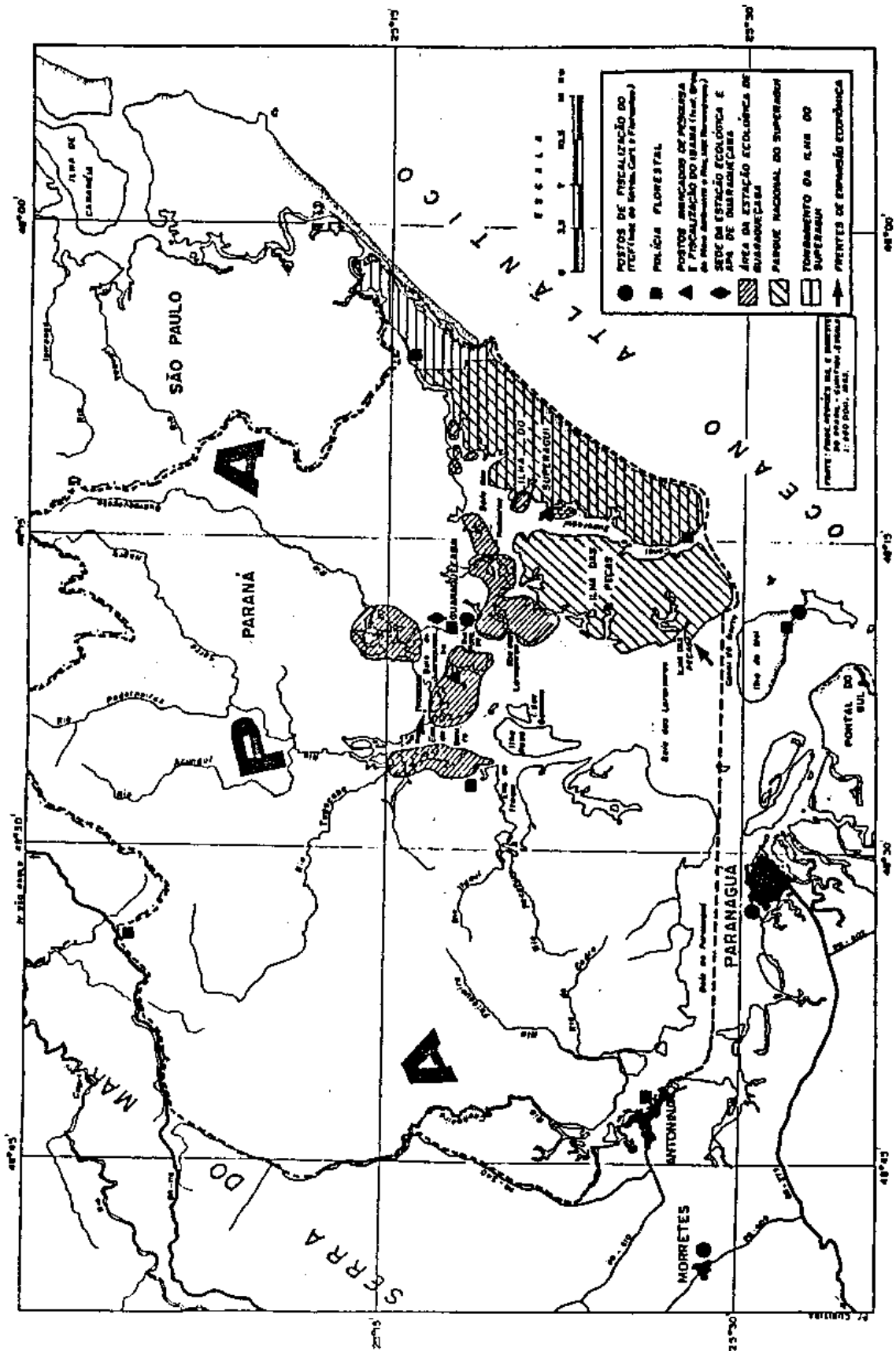
Tendo em vista o quadro acima descrito em suas implicações sociais e ecológicas, torna-se imperiosa e urgente a adoção de um conjunto de medidas que visem redirecionar esse processo, sob pena de ele se tornar irreversível.

O item a seguir vai apontar alguns requisitos para uma política de desenvolvimento integrada à cultura litorânea e às características de seus ecossistemas locais.

⁹ Não foi possível ai analisar as implicações desse movimento que atingiu particularmente as localidades de Barra Ararapira e Barra do Superagui. Denota-se, entretanto, que em que pesem as pressões externas. Há entre as populações litorâneas um sentimento local expresso da defesa de seus territórios.

¹⁰ Quando indagado sobre o que era APA, um dos pescadores da região disse: “Não sei – é... oriental?” A maior parte revelou não saber do que se tratava.

Mapa 6. Unidades de conservação e postos de fiscalização



4 PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NA REGIÃO

4.1 Fundamentos básicos

Analisar as condições e as possibilidades de um plano de desenvolvimento sustentado implica recorrer, conjuntamente, a múltiplas ciências sociais e da natureza, como a sociologia, a antropologia, economia, a ecologia e a biologia. É importante à medida que as variáveis a serem consideradas dizem respeito à população, aos recursos disponíveis, as técnicas e aos modos de produção, às características do produto, às modalidades de sua apropriação, às condições ambientais, aos estilos de vida. Todas essas dimensões se apresentam estritamente ligadas entre si por um conjunto de interação; e negar uma delas significa colocar em risco o sucesso de um desenvolvimento harmonioso e durável.

A pesquisa aqui realizada não teve a pretensão de levantar todos os aspectos atinentes ao tema em questão e dar conta de todas as características e peculiaridades da região em foco, nem do conjunto de problemas aí envolvidos. Todavia, buscou indicar alguns aspectos significativos sobre o modo cultural, social e econômico e apropriação dos espaços e dos recursos naturais desenvolvidos pelas populações litorâneas da região de Guaraqueçaba no tempo, assim como apontar as principais fontes de conflito existentes na região. Nesse sentido, a pesquisa representa uma primeira e necessária etapa que permite abrir caminho para estudos subseqüentes de caráter multi e interdisciplinar.

Do que foi exposto anteriormente, fica evidenciada a necessidade de uma reorientação no tipo de ocupação na região, que leve em conta as especificidades de sua cultura e ecossistemas.

Como visto, a forma como vem se dando a ocupação na região, nas últimas décadas, não apenas desconsidera as características dos ecossistemas específicos, sua dinâmica e capacidade de reprodução, como passa por cima de sua diversidade cultural, das tradições e modos de vida próprios que, ao longo do tempo, vêm propiciando a reprodução da vida natural e social.

Pensar em alternativas de desenvolvimento para a região de Guaraqueçaba, ou especificamente para as populações litorâneas, requer tanto a consideração de formas adequadas de ordenamento espacial, em seus componentes físico-naturais, como a consideração dos diversos modos culturais, através dos quais as populações locais vem, secularmente, interagindo com a natureza. Isso significa, de um lado, a necessidade de uma gestão apropriada dos recursos naturais, visando, simultaneamente, sua manutenção, conservação, expansão e utilização racional; e, de outro, que essa gestão seja orientada para a satisfação das necessidades básicas das populações locais, sem ferir os sistemas tradicionais de apropriação do espaço¹.

Um desenvolvimento sustentado para a região em pauta, implica, portanto, uma revisão do conceito de desenvolvimento em vigor e numa reorientação os valores que comumente são utilizados nas práticas convencionais de pesquisa e planejamento.

Um novo estilo de desenvolvimento – que pode ser denominado de “ecodesenvolvimento”² – pressupõe a adoção de estratégias, escolhas e metodologias de planificação que não decorrem de uma concepção meramente tecnocrática e cientificista de desenvolvimento, formulada de modo alheio e distanciado das realidades regionais, mas de uma articulação técnico-política consiste entre os diversos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo.

¹ Essas propostas estão em Diegues A.C.S. In: Desenvolvimento Sustentado, Gerenciamento Costeiro e Administração dos Recursos Pesqueiros, 1987. mimeo.

² O conceito de ecodesenvolvimento sustentado, ou seja, “diz respeito a um desenvolvimento sustentado da produção e uma distribuição equitativa da renda gerada que se concretize numa melhoria constante das condições de vida da população (11 Sessão especial das Nações Unidas)” apud Diegues, A.C.S. op.

Os benefícios para uma comunidade não são necessariamente aqueles que um técnico é capaz de conceber, a partir de idealizações estáticas construídas em gabinete e com base em seu referencial cultural específico.

É preciso considerar que as comunidades litorâneas integram um universo cultural singular, com valores, códigos e regras bastante diferenciados do mundo urbano – industrial, e, portanto, possuem uma forma própria de conceber e avaliar o mundo e definir suas necessidades. Penetrar nesse mundo, em sua lógica interna, requer um conjunto de conhecimentos e procedimentos básicos.

Isso impõe a necessidade de se recolocar a relação técnico-comunidade em outros termos, levando-se em conta, primordialmente a capacidade interna de a comunidade gestionar os programas e projetos e direcionar seu processo de implantação de acordo com seu estilo de vida e mecanismos próprios.

Nesse sentido um desenvolvimento sustentado pressupõe os seguintes pontos básicos:

- completa integração da população tradicional na elaboração, implantação e gestão dos projetos e programas, considerando os seus conhecimentos, a sua percepção e interpretação do meio natural;
- respeito à diversidade cultural e ecológica existente entre as várias vilas da região;
- reversibilidade das decisões;
- desenvolvimento de ecotécnicas, adaptadas ao meio ambiente natural e cultural;
- modalidades de associações de interesses sociais e políticos próprios à população litorânea;
- um sistema de educação e saúde integrado à realidade regional.

Um pressuposto básico que norteia os pontos aqui propostos deve ser destacado: ao incorporar o homem como parte integrante do ecossistema, toma-se como ponto de partida as inter-relações existentes entre os processos naturais e os processos sociais em sua conformação regional. Esses processos integram, de modo dinâmico uma totalidade complexa, que deve ser considerada na gestão e no planejamento de modalidades experimentais de desenvolvimento sustentado para a região de Guaraqueçaba.

Como se viu, o modo específico de o pescador interagir com a natureza decorre tanto da disponibilidade de recursos existentes em seu território – e do modo como a natureza se conforma e a ele se impõe com características e movimentos próprios -, quanto da forma como ele se apropria desses recursos e os utiliza, mediante tecnologia e padrões culturais específicos. Entender como o modo como os pescadores exploram os recursos aquáticos é, antes, entender a concepção de espaço existente sobre o mar ou mais precisamente a noção de territorialidade aí expressa. Sob esse prisma,

“O território (...) é, num só tempo, não exclusivamente ‘base física’ ou meio geográfico para a sustentação de práticas sociais, mas também espaço de domínio (tecnológico, econômico e político) e ‘espaço simbólico’, na medida em que a ele estão associados valores que lhe conferem um significado nitidamente ideológico...” (Carneiro, 1987).

É importante considerar, dessa perspectiva, que o mar (e/ou estuário) não é mero recurso físico que permite a sobrevivência das populações locais, mas simultaneamente, um espaço físico, econômico e social: em seu interior existem espaços de sobrevivência e sociabilidade, com usos e significados definidos, os quais concorrem para o equilíbrio do ecossistema e para a reprodução do grupo como um todo (CUNHA, 1987/88-89).

Nesses termos, um desenvolvimento sustentado deve carregar uma visão totalizadora do espaço, com base no múltiplo uso definido pelas populações locais, tanto em sentido físico, quanto econômico, social e cultural; e, ao mesmo tempo, devem admitir modificações no espaço a fim de se obter uma maior otimização na exploração de seus recursos. Isso significa que se devem desenvolver

estratégias específicas que levem ao rendimento máximo sustentado, rendimento máximo econômico e ao máximo benefício social.

4.2 Propostas

De acordo com os fundamentos básicos aqui apresentados, propõe-se, inicialmente, que as comunidades litorâneas, vistas no contexto regional, disponham das seguintes áreas:

- áreas de preservação dos recursos naturais como reservas de fontes de alimentos, necessárias à reprodução social das populações litorâneas ao longo do tempo;

- áreas de conservação, em que se permite a atividade econômica produtiva, mas controlada, de forma a manter a sustentabilidade dos processos ecológicos, bem como dos processos sociais;

- áreas de uso econômico intensivo, em que os recursos naturais sejam renováveis, explorados diante tecnologia de manejo sustentável, de modo a permitir uma maior potencialização na utilização dos recursos naturais e, com isso, um aumento no nível de renda das populações locais;

- áreas sócio-culturais, destinadas ao lazer e as formas de sociabilidade próprias da vida na terra, no mar e no rio, com significados simbólicos de uso (espaços sagrados e religiosos)³

O processo de implantação de um desenvolvimento sustentado na região requer, assim, uma estratégia metodológica de caráter interdisciplinar, que permita a identificação dessas áreas no interior de cada localidade litorânea, com a participação conjunta das comunidades abrangidas e com base na sua forma tradicional de uso do espaço.

Considerando tais aspectos em sua amplitude, de modo a combinar desenvolvimento e proteção ambiental, torna-se imprescindível um conjunto de medidas de ordem econômica, social e político-jurídica que garanta um nível de vida adequado à reprodução dos ecossistemas e às condições de reprodução social das populações locais, permitindo sua fixação em seu habitat tradicional.

4.2.1 Requisitos Econômicos

Levando-se em conta os aspectos antes descritos e analisados, propõe-se que sejam considerados alguns requisitos internos e externos à atividade produtiva.

Do ponto de vista interno, sugere-se que sejam realizados estudos sobre sistemas de manejo ecológico, e economicamente sustentável, que levem em conta as especificidades dos ecossistemas e, simultaneamente, propiciem uma elevação do nível de renda das populações litorâneas.

Isso significa considerar, de um lado, as próprias formas tradicionais de utilização do espaço e dos recursos naturais – à medida que esse sistema possui internamente mecanismos de reprodução social, econômica e ambiental que merecem ser revitalizados; e de outro, incorporar as pesquisas recentes na área de ecotecnologia, cujos resultados se mostram favoráveis às condições e características da região.

Em outros termos, a introdução de ecotécnicas significa considerar ou resgatar o conhecimento e as tecnologias locais – os equipamentos tradicionais existentes -, bem como o saber do pescador sobre seu manejo nos espaços adequados e seu conhecimento sobre as espécies e as formas de utilização dos recursos naturais.

³ Essa tipologia é uma adaptação feita por Diegues, A.C.S. op. cit. Uma análise das propostas elaboradas para o zoneamento ambiental da APA de Guaraqueçaba pelo IPARDES, seria da maior importância no sentido de se verificarem as possibilidades de ampliar essa tipologia com base num plano de manejo adaptado às características e condições específicas da região. Ver APA de Guaraqueçaba – caracterização, diretrizes e normas. IPARDES, Curitiba, 1989.

Como observa Anderson (1985):

“(...) muitos desses sistemas estão localizados em comunidades antigas, os quais desenvolveram um profundo conhecimento dos ecossistemas ao redor. A população teve tempo de experimentar várias práticas de manejo e refinar o que melhor se adaptava às necessidades. Devido a persistência de tais práticas durante períodos longos, elas tornaram-se ecológicas e economicamente sustentáveis. Geralmente baratas e facilmente disponíveis, essas práticas são amplamente transferíveis a outros ambientes similares (1988:1989).”

Ao mesmo tempo, levando-se em conta as possibilidades internas do “sistema tradicional”, conforme sugestões de Anderson, seria necessário para a sua eficácia econômica, a reduzir os riscos econômicos e permitir a manutenção das populações locais em períodos críticos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, sugere-se, por exemplo, a revitalização da prática da lavoura desenvolvida a nível de subsistências (de conformidade com às condições do solo e ambientais, com o ciclo produtivo), de modo a se combinar com a atividade pesqueira. Assim, assegurar-se-ia um nível melhor de subsistência alimentar, sem grande dependência dos produtos adquiridos no mercado urbano⁵.

Complementarmente, propõe-se a reativação de práticas tradicionais de produção de instrumentos e utensílios domésticos segundo o grau de especialização – existente no passado em cada comunidade -, de modo a potencializar o intercâmbio entre as comunidades e minimizar sua dependência do mercado de Paranaguá ou de outros centros.

O que é importante marcar aqui é a ampla possibilidade que o “sistema tradicional” oferece para a vida das populações litorâneas, em sentido econômico, social e ambiental. A atualização desse sistema implica seu ajustamento com os avanços tecnológicos e científicos modernos de modo a possibilitar sua persistência no tempo (ainda que dotado de novos significados). Como uma alternativa à ocupação econômica em processo na região de Guaraqueçaba, esse é um desafio que se impõe às várias áreas do conhecimento, aos diversos setores de órgãos de decisão política, que devem necessariamente operar em trabalho conjunto com as comunidades locais.

Do ponto de vista externo, faz-se necessária a adoção de um conjunto de medidas que, de um lado, ofereçam condições de acesso a equipamentos e, de outro, contenham o avanço irracional e desordenado das frentes de expansão econômica em seu território.

Para tanto são fatores básicos:

- concessão de linhas de crédito e financiamento favoráveis ao pequeno produtor, nos casos que se fizeram necessários, e assistência técnica adequada às características econômicas, sociais e ambientais;

- implementação de cooperativas com condições para o estoque do produto e sua comercialização direta no mercado pelo pequeno produtor, eliminando-se a cadeia de intermediação que tradicionalmente o explora no processo de circulação do pescado. Essa cooperativa deve ser gerida e gerenciada pelo pescador, o qual deve ter o controle político, administrativo e econômico da produção e comercialização do pescado. Para a sua eficácia econômica, propõem-se estudos de avaliação de experiências anteriores empreendidas na região, assim como de experiências novas que tenham favorecido o pequeno produtor.

- mecanismos eficazes de fiscalização da atuação da pesca empresarial em territórios tradicionais da pesca artesanal (e redefinição dos seus limites), pelos efeitos prejudiciais que acarreta, seja nas áreas internas da pesca artesanal, seja nas áreas de entorno, pois os métodos de captura e aprisionamento do pescado em alto mar e no interior da baía acabam afetando a pesca costeira e as condições de reprodução do ecossistema.

⁵ Naturalmente que tais medidas dependem da regularização fundiária da região, sem a qual programas econômicos dessa ordem não terão nenhuma eficácia (ver requisitos jurídicos da questão apresentados adiante).

Ao lado dessas propostas, sugerem-se estudos sobre formas alternativas de abastecimento energético às comunidades litorâneas – a maior parte não dispõe internamente de energia elétrica -, assim como de um sistema de esgoto e de abastecimento de água encanada, em níveis de salubridade adequado⁶.

4.2.2 Requisitos Sócio-Culturais

Além da necessária incorporação do saber e conhecimento tradicional, qualquer forma alternativa de desenvolvimento regional deve levar em conta a noção cultural de tempo e espaço que permeia o universo das populações litorâneas. Como visto – ainda que estejam inseridas na pequena produção mercantil -, tais comunidades possuem uma noção de tempo que não corresponde às medidas quantitativas e produtivistas do modelo dominante. A sua noção temporal se pauta no ciclo natural das espécies – em sua passagem pelo mar e estuário nas diversas épocas do ano – e no movimento dos astros no universo.

Do mesmo modo, a noção de territorialidade do mar é diferenciada da noção espacial rural/urbano/industrial. O mar é cíclico e móvel e, ademais, ainda que existam pontos de pesca, a sua apropriação pelo pescador – tal como em outras comunidades litorâneas – é marcada por uma noção indivisa do espaço – “o mar é de todos”.

Considerar tais aspectos significa respeitar todo um complexo sistema cultural que se rege pelo movimento da natureza – por suas leis e sua dinâmica – e pela inexistência da noção de propriedade do espaço.

Por outro lado, do ponto de vista sócio-cultural faz-se necessário um conjunto de programas integrados que valorizem a cultura local em sua interação com a vida natural.

Programas de educação e saúde, por exemplo, devem se pautar nas características da realidade regional, sem transposições de modelos externos, alheios a esse contexto cultural específico. Nesse sentido, além de escolas e postos de saúde, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas de metodologias de ensino adequadas ao contexto litorâneo, assim como de formas de resgate de práticas medicinais tradicionais – com eficácia comprovada – que possam se integrar ao sistema de saúde regional.

Medidas que valorizem a cultura local, em suas várias expressões materiais, religiosas, lúdicas e artísticas e, principalmente, permitam o fortalecimento de associações políticas de caráter reivindicativo e de defesa dos interesses das populações litorâneas devem ser implementadas ou estimuladas como condição *sine qua non* para o êxito de um desenvolvimento auto-sustentado na região, assentado na vida da população local e na conservação da natureza.

4.2.3 Requisitos ambientais

Considerar os ecossistemas litorâneos em sua interação e especificidade consiste num dos requisitos fundamentais para um desenvolvimento harmonioso na região em estudo. Isso deve ser visto tanto em relação à dinâmica interna dos ecossistemas locais, quanto em termos de suas potencialidades econômicas.

Uma região costeira inclui ecossistemas muito especiais, complexos e frágeis, quer na parte marinha, quer na parte terrestre, ou, no caso, na parte estuarina. Existe uma simbiose entre elas e qualquer ruptura em uma das partes acarreta, naturalmente, efeito na outra, colocando em risco o ecossistema como um todo.

⁶ Constatou-se que muitas vezes as águas do estuário são utilizadas como esgoto dos dejetos das vilas litorâneas. Além disso, observou-se a inexistência de água encanada e tratada na região.

Um tipo de desenvolvimento que não contempla tais aspectos gera, inevitavelmente, um conjunto de ameaças tanto ao meio ambiente natural, quanto à vida das populações que dependem de seus recursos para se reproduzir. Na maioria dos casos, não somente as atividades implantadas se apresentam inconciliáveis entre si, como são incompatíveis com a conservação da riqueza e com a diversidade natural do ecossistema não faltam exemplos significativos no mundo, e no litoral brasileiro em particular, onde atividades econômicas provocam degradação ambiental, comprometendo não só a dinâmica dos ecossistemas e a sobrevivência das populações, como a própria potencialidade econômica de exploração dos recursos naturais.

A região de Guaraqueçaba ainda não atingiu esse ponto. Entretanto, fenômenos recentes, conforme apontado, demonstram que a região sofre ameaças que podem levar a um quadro social e ambiental de difícil controle. Daí a necessidade de um tipo de desenvolvimento alternativo que leve em conta as características e especificidades dos ecossistemas locais.

Além da parte marinha e terrestre, o ecossistema da região de Guaraqueçaba abrange a parte estuarina. O estuário - como ponto de contato entre a terra, o rio e o mar - representa um dos ambientes de maior produção primária da região sul. Como é um ambiente bastante suscetível à intervenção humana - por ser abrigo natural para portos e de fácil laços de indústrias pesadas, assim como de atividades turísticas e pesqueiras -, requer cuidados especiais em termos dos impactos que tais atividades podem causar na dinâmica interna do ecossistema regional. No caso, apesar de o estuário ser considerado uma área de relativa preservação, as ameaças já de fazem sentir na baía de Paranaguá em relação, por exemplo, à poluição pelas atividades portuárias, à destruição de manguezais para construção de moradias e à existência de indústrias nas proximidades do porto de Paranaguá.

Do lado marinho, impõe-se considerar não só os recursos que oferece e as possibilidades de captura das espécies, como a sua própria característica e conformação espacial interna. Além de possuir vários planos horizontais e verticais - é um sistema dinâmico, móvel, não fixo, marcado, conforme observado "por mudanças sazonais... e por fenômenos atmosférico que operam transformações rápidas no corpo d'água... Os recursos naturais renováveis, em particular as espécies de peixe, são móveis e muitas vezes 'indivisíveis', reduzindo-se e migrando de um ambiente a outro, obedecendo a complexos padrões de reprodução". (DIEGUES, 1989) Isso significa que toda intervenção humana na área marítima por mais distante ou longínqua que se apresente, gera repercussões nas outras partes do espaço.

Estudos recentes sobre a caracterização ambiental da região de Guaraqueçaba apontam os componentes específicos dos diversos ecossistemas ali existentes e os problemas decorrentes da intervenção humana na região.⁷ O que é importante marcar aqui é a necessidade de um estilo de desenvolvimento que leva em conta os ecossistemas locais em sua complexidade e particularidade.

Para um desenvolvimento compatível com a preservação da riqueza natural regional, torna-se necessária, conforme assinalado antes, a adoção de um conjunto de medidas. Tendo em vista que tais medidas devem contemplar, simultaneamente, as necessidades das populações litorâneas e a preservação ambiental, propõe-se considerar o conceito de Reserva de Biosfera, onde tais aspectos apresentam-se em conjunção e o conceito de Reserva de Biosfera, onde tais aspectos apresentam-se em conjunção e o conceito de Reservas Extrativistas que também procura expressar a relação homem-natureza em ambientes físicos e culturais específicos. O item a seguir pretende explicitar o significado desses conceitos, os quais devem ser examinados com acuidade na perspectiva de sua incorporação na legislação ambiental do país, e com um dos requisitos à implantação de um modelo de desenvolvimento sustenta

do.

⁷ APA de Guaraqueçaba: caracterização, diretrizes e normas, IPARDES, Curitiba, 1989.

4.2.4 Requisitos Jurídicos

Um dos aspectos centrais para a viabilização de um novo estilo de desenvolvimento para a região em foco é a regularização fundiária das áreas tradicionalmente ocupadas pelas populações litorâneas. Essa medida constitui um dos requisitos básicos para a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentado, sem a qual se torna inviável qualquer mecanismo de proteção ambiental.

Como visto os novos empreendimentos econômicos instalados na região com a expansão da agropecuária, do turismo e da especulação imobiliária, são fatores de ameaça à reprodução dos ecossistemas e à vida dessas populações, colocando em risco sua permanência no seu habitat tradicional.

Em que pese à complexidade da situação fundiária regional, marcada por várias formas de apropriação do espaço e sobreposição de títulos de propriedade (9), é preciso lembrar que a população local não só é originária da região, ocupando-a historicamente por sucessivas gerações, como mantém secular relação com o meio ambiente físico e social. Esse modo singular de interação com a natureza é que tem propiciado a conservação do espaço e dos recursos naturais no tempo, conforme demonstrado.

Por isso, é imprescindível a garantia jurídica de posse de suas terras, protegendo a população local das invasões e permitindo sua fixação no território, como assegurando as condições sociais básicas para a implantação de medidas de proteção ambiental. Nesse sentido, a regularização fundiária dessas áreas no bojo de uma política social e ambiental global, poderia permitir o controle da expansão turística e da ocupação especulativa, fenômenos que vêm pressionando a expulsão dos pescadores de suas áreas tradicionais e o processo de migração, na impossibilidade de sobrevivência local.

Dessa perspectiva, é importante que o processo de regularização fundiária contemple a concepção de espaço e territorialidade presente nas comunidades litorâneas que, conforme assinalado, contém dimensões próprias, (distintas das medidas urbanas e rurais), tanto na apropriação do espaço aquático, quanto na apropriação do espaço terrestre.

Com referência específica ao espaço terrestre, é preciso considerar um perímetro que dê conta, de um lado, dos vários usos internos que as populações locais fazem do meio ambiente em seus aspectos físico, social, econômico, ecológico e cultural (tanto em sentido individual, como coletivo ou comunitário), e, de outro, das características e conformação dos ecossistemas específicos, considerando-se as áreas de entorno e, principalmente, as repercussões dos processos econômicos no tempo.

De outro modo, recomenda-se uma análise de experiências que vêm sendo empreendidas pelo Estado, especificamente pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF-PR, na vila de Tromomó, que visam a regularização fundiária de terras comunitárias (e individuais) na forma de concessão de títulos aos ocupantes e moradores tradicionais dessa localidade. Segundo informações do órgão, esse processo em Tromomó encontra-se em fase de discriminação sendo que “uma parte do imóvel, pelas características do meio, será incorporada ao Patrimônio do Estado para fins de reservas florestais; outra parte, utilizada pela comunidade será incorporada ao patrimônio do estado para fins de destinação aos ocupantes”. Acentua-se, porém, que existe conflito interno entre os ocupantes sobre a origem, dimensão e características de suas posses, o que tem levado o Estado a aguardar a equação do conflito para a concessão de títulos plenos. Essa experiência deverá ser estendida, segundo informações a outras vilas litorâneas. Tendo em vista as dificuldades de se obter dados precisos sobre todo o processo de implantação dessa experiência em Tromomó, em suas implicações jurídicas, sociais e ecológicas (desde a forma como foi concebida até os procedimentos metodológicos adotados) não foi possível ordenar aqui o conjunto de informações resistentes a respeito do caso. Uma avaliação da forma como tal medida vem sendo implantada na localidade poderá contribuir para a sua ampliação nas comunidades litorâneas da região, sem se deixar de levar em conta seu alcance e limites em cada situação específica.

Deve-se ressaltar que qualquer medida jurídica de regularização fundiária, tomada pelos órgãos competentes, implica, necessariamente, a participação da comunidade no processo de delimitação das áreas de seu domínio e território, com base nas formas de uso do espaço e dos recursos naturais (sem sentido econômico, social, cultural e ecológico), de modo a se respeitar o direito histórico e cultural das populações locais sobre seus espaços tradicionais de vida. Ao lado disso, é preciso considerar as condições propostas pelo zoneamento estabelecido para a região, conforme estudo do IPARDES.

Por último, além de uma revisão rigorosa dos efeitos da legislação em vigor sobre uso do solo em áreas determinadas para a exploração dos recursos naturais, cujas implicações incidem em geral apenas sobre o pequeno produtor –⁸ recomenda-se um estudo aprofundado sobre as possibilidades de compatibilização dos mecanismos jurídicos de proteção ambiental existentes na região. Convém lembrar que sobre a região de Guaraqueçaba incidem os seguintes instrumentos legais de proteção:

- Tombamento da Serra do Mar – Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual;
- Tombamento da Ilha de Superagui – Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico;
- Área de Proteção Ambiental (APA) – ex-Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA);
- Estação Ecológica – SEMA;
- Lei Especial de Uso do Solo do Litoral – Instituto Terras Cartografia Florestas (ITCF);
- Patrimônio Nacional expresso na Constituição Federal, na área de Mata Atlântica e Serra do Mar;

Parque Nacional do SUPERAGUI (abrangendo as ilhas de Superagui e Peças) – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A análise desses instrumentos revela que, em que pese seu conteúdo conservacionista, a maioria deles não incorpora em sua formulação básica as populações litorâneas como parte integrante do ecossistema regional⁹. E, desse ponto de vista, tais instrumentos acabam por assumir, muitas vezes, um caráter, restritivo, repressivo e punitivo em relação ao uso dos recursos por tais populações, reificando a noção de natureza com algo intocável, destacada das condições sociais e culturais da vida humana.

Na região em estudo isso se verifica, particularmente, em relação à proibição generalizada da prática de caça, às restrições impostas às atividades extrativas, agrícolas e pesqueiras, que acabam por comprometer as condições sociais de reprodução do pequeno produtor litorâneo.

Sem negar a importância de alguns desses instrumentos, acredita-se que sua eficácia somente se verificará se compatibilizados entre si e integrados à uma política social global que contemple, de um lado, a regularização fundiária das comunidades litorâneas e, de outro, a proteção ambiental que vise o uso racional e sustentado dos recursos naturais.

Dessa perspectiva, torna-se imprescindível uma revisão conceitual e legal das Unidades de Conservação existentes na região e no país, e modo a dar conta desses aspectos, considerando, primordialmente que o grau de conservação dos recursos naturais na região de Guaraqueçaba (e em outras áreas do Brasil) está na dependência direta de forma como tais populações vem tradicionalmente explorando esses recursos.

No âmbito deste trabalho, sugere-se a incorporação das noções de Reserva da Biosfera e de Reserva Extrativista como fundamentais para a implementação de um modelo sustentado de utilização

⁸ Refere-se aqui as restrições impostas pela legislação em relação às atividades extrativas, agrícolas e pesqueiras que acabam punindo o pequeno produtor quando, em seu processo de luta pela sobrevivência se vê obrigado a recorrer a tais atividades.

⁹ A análise preliminar feita pela SOS – Mata Atlântica, sobre os efeitos de criação do Parque Nacional de Superagui, recentemente demonstra preocupação sobre a inexistência de qualquer cuidado na fixação de normas especiais para as populações inseridas na área. Assim, além dessa unidade ambiental ser criada numa relação de sobreposição às demais unidades já existentes, as populações tradicionais, habitantes do local, ficam excluídas dos mecanismos de proteção aí previstos.

dos recursos na região de Guaraqueçaba, em vista de conjugarem, em sua formulação conceitual básica, a possibilidade do desenvolvimento com a conservação da natureza.

4.2.4.1 A noção de Reserva da Biosfera

As Reservas da Biosfera são as áreas previstas no “Programa Homem e a Biosfera” (MAB), proposto em 1972, na 16ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO. Esse programa tem como um de seus objetivos básicos

“A conservação para o presente e o futuro da diversidade e a integridade das comunidades bióticas, das plantas e dos animais nos seus ecossistemas naturais e semi-naturais e a salvaguarda da diversidade genética das espécies da qual depende sua evolução contínua” (BATISSE, apud EIDSVIK, H.R. in UNESCO, 1984).

Para tanto, prevêem o empreendimento de um conjunto de pesquisas que promova o desenvolvimento racional e sustentado dos recursos do ecossistema com a cooperação das populações locais (BATISSE, UNESCO s/d).

Comparando a noção de Reserva da Biosfera com a dos Parques Nacionais, verifica-se que aquela supera essa por incluir em sua proposta três zonas: a zona central (*core area*), a qual é orientada a estrita proteção; a zona tampão (*buffer zone*), na qual só seriam permitidas atividades compatíveis com os objetivos da conservação; e a zona de transição (*transition area*), na qual a cooperação com a população e a gestão sustentada dos recursos seriam desenvolvidas.

Assim, além de contemplar a preservação dos ecossistemas, essa modalidade de proteção ambiental prevê: a relação da população com o seu território e a necessidade de os habitantes tradicionais de diversas áreas do planeta terem o controle dessas zonas, gestionando seus recursos. Ademais, cabe enfatizar, a proposta de Reserva da Biosfera envolve um raio de ação que abrange áreas contíguas e longínquas, abarcando todo o ecossistema de uma determinada região. No caso das regiões costeiras, isso se revela da maior importância, pois pouco adianta delimitar uma zona para conservação, deixando as imediações ou as zonas ao redor desprotegidas, se se quer verdadeiramente preservar o ecossistema regional como um todo. De outro lado, o fato de a noção de Reserva da Biosfera prever zonas tampão e de transição poderia evitar as repercussões negativas da pesca empresarial no território tradicional da pesca artesanal, um dos pontos centrais de inviabilização dessa atividade.

4.2.4.2 O conceito de Reservas Extrativistas

Surgida no âmbito do movimento social dos seringueiros, a proposta de Reservas Extrativistas para a floresta amazônica pressupõe a delimitação de áreas “historicamente ocupadas por populações que utilizam produtos para a subsistência e comercialização de forma compatível com as características do ecossistema amazônico” (ALEGRETTI, 1987).

Uma das idéias essenciais dessa proposta, que se apresenta com uma das alternativas ao desmatamento, é que Reservas Extrativistas contemplam, de um lado, a regularização fundiária do seringa e, de outro, a conservação ambiental dos produtos florestais, com base no modo de como tradicionalmente as populações extrativistas vêm utilizando a floresta. E, nesse sentido, as Reservas Extrativistas se constituem simultaneamente numa unidade de produção e numa unidade de conservação (ALEGRETTI, 1988).

Em que pese sua particularidade em termos do contexto específico que lhe deu origem, a importância da idéia de Reserva Extrativista é que suas proposições básicas podem ser aplicadas ou adaptadas a outros contextos, por exemplo, no caso em questão, desde que observados as suas características e peculiaridades próprias. Ademais, do ponto de vista conceitual, é possível classificar a atividade pesqueira e outras que configuram a vida econômica do litoral de Guaraqueçaba como sendo

atividade extrativa mantendo-se o cuidado de restringir seu uso – tal como prevê a formulação original da idéia – as atividades madeireiras e minerais¹⁰.

Além disso, um outro aspecto positivo daí decorre, considerando-se os propósitos deste trabalho e as características atuais da legislação ambiental do país: como produto da luta do movimento dos seringueiros, esse conceito já se encontra, em sua expressão institucional, previsto na portaria n. 627 de 30.07.87 do INCRA, que constitui o projeto de assentamento Extrativista como uma modalidade especial de reforma agrária para a região amazônica (ALEGRETTI, 1988) e faz parte das proposições do Plano Nacional de Meio Ambiente (SEMA, 1988).

Resta pensar nas possibilidades concretas de ajuste desta idéia com situação das comunidades litorâneas e com as proposições aqui lançadas, no que requer um estudo da legislação ambiental vigente no país de modo a se assegurarem as condições jurídicas necessárias para um desenvolvimento harmonioso na região de Guaraqueçaba assentado no equilíbrio entre o homem e a natureza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas à caracterização das formas de utilização do espaço e dos recursos naturais das comunidades litorâneas da região de Guaraqueçaba, esta pesquisa procurou configurar as formas passadas e presentes, numa relação comparativa: ao mesmo tempo, procurou apontar algumas propostas e requisitos para um desenvolvimento sustentado na região.

Em face da importância das formas tradicionais no nível de conservação ambiental da região – seja no passado, seja em sua relação de simultaneidade com o presente –, propôs-se que as políticas alternativas de desenvolvimento regional se fundamentem nas práticas tradicionais, de uso do espaço e exploração dos recursos naturais que se encontra em relação de equilíbrio com a natureza. Atualizadas ou recriadas, o resgate dessas práticas tradicionais numa combinação com elementos da modernidade, poderão garantir a sustentabilidade dos processos sociais e ambientais no tempo.

Dada a reservada abrangência da pesquisa ora desenvolvida sugere-se que estudos de viabilidade econômica, social e ambiental sejam empreendidos como suporte às considerações aqui procedidas.

Cabe ainda observar sobre os cuidados metodológicos tomados na realização de dois estudos de caso, como base para a formulação de análises e propostas gerais referentes à região litorânea de Guaraqueçaba. Um levantamento exaustivo e em maior profundidade nas comunidades litorâneas como um todo poderá dar cabo com maior acuidade tanto de suas particularidades como das questões gerais que as envolvem.

Por outro lado, é preciso considerar que o passado e o presente não podem ser vistos cronologicamente e homogeneamente – com processos singulares, atuam em um momento e outro na dinâmica das comunidades litorâneas com características próprias. Nesse sentido, evidenciou-se que os processos “tradicionais” e “modernos” se combinam de modos variados nas comunidades estudadas, sem se representarem de forma única e excludente.

Em que pesem todas essas particularidades, e sem abstraí-las em suas distintas formas, é premente a revisão dos rumos de desenvolvimento regional – do processo de ocupação econômica que aí está em marcha –, sob pena de se provocar o desaparecimento da cultura litorânea, de sua população e riquezas. Esse é um desafio histórico para a sociedade paranaense e brasileira como um todo, das gerações atuais para as gerações futuras: a luta pela preservação da vida!

¹⁰ O documento final do Seminário “Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia” assinala: “... é preciso estabelecer uma distinção prévia quando se fala em Reservas Extrativistas. A proposta refere-se àquelas áreas nas quais se desenvolve, ou apresentam potencial para isso, um extrativismo de coleta não predatório e sustentado, ou seja, cuja exploração não leva ao esgotamento do recurso...” Instituto de Estudos Amazônicos. Carta de Curitiba, 1988.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEGRETTI, Mary H. Reservas Extrativistas – uma proposta para o desenvolvimento da Floresta Amazônica. Curitiba, IEA, 1987.
- _____. Reservas Extrativistas – implementação de uma alternativa ao Desmatamento na Amazônia. (trabalho apresentado no Simpósio “Alternativas ao Desmatamento”) – Belém-PA, 1988.
- ANDERSON, Antony. et alli. – Um sistema agroflorestal na várzea do Estuário Amazônico. Manaus Acta Amazônica. sup. 15 (1-2): 195-224 – INPA, 1985.
- ALMEIDA, Mauro W. B. – As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. São Paulo/Rio Branco – AC. 1988. Mimeo.
- ALVAR, J. & ALVAR, J. – Guaraqueçaba Mar e Mato. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 2.v. 1979.
- BARRAU, J. – Ecosystemes, civilisations et sociétés humaines: le point de vue d’un naturaliste, in Soc. As. Inf. 14(1), 1975.
- BATISSE, M. – Development and implementation of the Biosphere Reserve concept and its applicability to Coastal Regions. UNESCO, Paris. snd.
- CARNEIRO, Celso F. G. – Gestão para o eco-desenvolvimento. Curitiba, 1987. Mimeo.
- CIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ – SORTEC. Política do Desenvolvimento da Pesca no Estado do Paraná. 1963.
- CUNHA, Lucia H. O. Entre o mar e a terra – tempo e espaço em Barra da Lagoa (SC). São Paulo. (Dissertação de mestrado apresentado à PUC/SP). 1987.
- _____. Espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, 3, São Paulo. Coletânea de Trabalhos Apresentados, 1989.
- DEUTSCH, K.W. – On the interaction of ecological and political systems: some potencial contributions of the social sciences to the study of man and his enviroment. In Soc. Sci. Inform. 13 (6), 1974.
- DIEGUES, Antônio C. S. – Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ed. Atica, 1983.
- _____. Desenvolvimento Sustentado, Gerenciamento Costeiro e Administração dos Recursos Pesqueiros. São Paulo, 1987. mimeo.
- _____. Tradição e mudança nas comunidades de Pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil- IOUSP/F.FORD/UICN, 1989.

- EMATER/PR. Relatórios diversos. s.n.d.
- FERNANDES, J. L. – Contribuição ao estudo do mobiliário e dos utensílios. s.n.d.
- GODELIER, M. In: Carvalho, E. Assis (Org.) Goldelier São Paulo. Atica, 1982.
- _____. Considerations theoriques et critiques sur le probleme des rapports entre l'homme et son environnement, in Infor. Soc. Soc. 13(6), 1974.
- INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS – Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. IEA. Curitiba, 1988. Mimeo.
- _____. Carta de Curitiba (documento final do Seminário: Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia). Curitiba, outubro, 1988.
- IPARDES – APA de Guaraqueçaba: Caracterização Sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Curitiba, 1989.
- _____. Zoneamento do Litoral Paranaense. Curitiba, 1989.
- _____. PROLITORAL – Programa de apoio à população carente do litoral – Diagnóstico e propostas de ação, Curitiba, 1989.
- _____. Caracterização, Diretrizes e Normas. Curitiba, 1989.
- LANGOWISKI, V.B.R. – Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praeiro do litoral de Paranaguá. mimeo. s.n.d.
- MALDONADO, S. – No mar: conhecimento e produção. II Encontro de Ciências Sociais e mar no Brasil, São Paulo, 1988. Coletânea de trabalhos apresentados. IOUSP/F.FORD/UICN.
- _____, S. – O caminho das pedras – a percepção do espaço na pesca simples. Paraíba, 1989. mimeo.
- MERCER, J.L.V. – Le Lexique technique des Pêcheurs de Guaraqueçaba (Brésil). Université de Toulouse II Le Mirail. 3.v., 1979.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE/SEMA. Áreas de Proteção Ambiental: Abordagem histórica e técnica, Brasília. 1987.
- MOURÃO, F.A.A. A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo: o pescador lagunar de Iguape – Cananéia (tese de mestrado). São Paulo/USP, 1967.
- MUNIZ, M.L.L. – A pesca da tainha no litoral paranaense. Curitiba, Humanitas Universidade Católica do Paraná, n. 9, 1976.
- MUSSOLINI, G. – Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- OLIVEIRA, J.Z. de. – Trilha Folclórica de Guaraqueçaba. In: Estudos Brasileiros. Curitiba, ano 1, n. 1, v.1, 1976.

- ROUGEULLE, Marie D. – Relatórios de Pesquisa. França. Université de Nantes, 1989.
- SAHLINS, M. In: CARVALHO, E.A. (org). Antropologia Econômica. São Paulo, Ciências Humanas. 1978.
- SACHS, I. – Environnement et planification: quelques pistes de recherche et d'action, in Inform. Aci. Soc. 13(6), 1974.
- _____, I. – Strategies de l'ecodeveloppement. Ed. Economie et humanisme. Lês editions ouvieres, Paris, 1980.
- SILVA, L.G. – Os pescadores na História do Brasil – colônia e império. Comissão Pastoral dos Pescadores. Recife. Vozes. 1988.
- SOS Mata Atlântica. Dossiê – complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá (documento elaborado pelo grupo SOS Mata Atlântica e pró-região lagunar, s.n.d.).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ/CONCITEC – Macrozoneamento florístico e faunístico da Área de Proteção Ambiental – APA de Guaraqueçaba – PR. Curitiba, 1987.

Breve caracterização da vegetação do entorno da Vila da Ilha das Peças (planície) e vila de Tromomó (serra)

Todas as informações a seguir foram apenas ordenadas visando atender às especificidades dessa pesquisa (conceituações, critérios de classificação dos tipos de vegetação, caracterização e definição dos ambientes, etc.), e extraídas diretamente do relatório de Macrozoneamento Florístico e Faunístico da APA de Guaraqueçaba desenvolvida pelo professor Carlos Veloso Roderjan e pela Profa. Yoshico Saito Kuniyoshi da Universidade Federal do Paraná. Esse relatório foi apresentado em 1987 ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, como subsídio ao Plano de Zoneamento da APA de Guaraqueçaba, tendo sido executado pelo convênio CONCITEC/UFPR.

Considera-se vegetação do entorno da Vila de Tromomó, toda a Serra de Tomomó, de aproximadamente 1.000 (hum mil) há e vegetação ao seu redor e a do entorno da Vila da Ilha das Peças, toda a Ilha do mesmo nome.

São claras algumas diferenças básicas entre os tipos de vegetação verificados no entorno das duas vilas: enquanto na Ilha das Peças a vegetação apresenta influência marinha com litoral arenoso (praias, dunas e restingas), na zona de Tromomó nota-se perfeitamente a Floresta Ombrófila Densa Sub-montanha (ou do início das encostas) e a Montana (ou do meio das encostas), ambas conhecidas como Mata Atlântica que encobre a Serra do Mar, e a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ou das Planícies Quaternárias.

A Vila de Tromomó situa-se no sopé da Serra do Tromomó, que faz parte do conjunto da Serra do Mar, enquanto a Vila da Ilha das Peças localiza-se na planície litorânea, na Ilha do mesmo nome.

Entretanto, ocorrem tanto na Ilha das Peças como no Tromomó as seguintes formas de vegetação:

1 – Áreas de Formações Pioneiras:

- com influência flúvio marinha (mangues);
- com influência fluvial (brejos);
- com influência edáfica (restinga).

2 – Floresta Ombrófila Densa:

- das Planícies Aluviais;
- das Terras Baixas ou das Planícies Quaternárias.

3 – Vegetação Secundária:

- capoeirinha;
- capoeira;
- capoeirão;
- floresta secundária.

A seguir cada formação de vegetação é detalhada com definição e caracterização do ambiente e ocorrência das espécies dominantes.

ILHA DAS PEÇAS

As seguintes formações vegetais ocorrem somente na Ilha das Peças:

Áreas de formações pioneiras com influência Marinha (litoral arenoso) divididas em vegetação das praias e dunas e que ocorrem somente na Ilha das Peças.

Vegetação de Praia

Caracterizada por um pequeno grupo de plantas herbáceas com adaptação peculiar ao ambiente e sob influência direta ou indireta do mar. A vegetação está adaptada ao solo arenoso com elevada salinidade.

Ocorrência de espécies vegetais – Reduzido grupo de plantas psamófilas-halófilas (terrenos salgados) entre as quais são frequentes gramíneas (*Sporobolus viegmicus*, *Panicum recemosum* e *Stenophrum secundatum*) e ciperácea, *Remirea maritima* e a *amarentaceae*, *Iresine portulacoides*, entre outras.

Vegetação das Dunas

Após a zona da praia, já fora da área das marés, iniciam-se em pequenas elevações de areia das dunas, que podem ser móveis, semi-fixas e fixas.

Ocorrência das espécies vegetais – Nas dunas móveis e semi-fixas, salsa-da-praia (*Ipomoea pescaprae*), o picão (*Acicarpa spathulata*) e as leguminosas (*Canavalia abtusifolia* e *Sophora tomentosa*).

Nas dunas estáveis, mirtáceas, anacardiáceas, mirsináceas, verbenáceas, e samambaias dos gêneros *Polipodium* e *Polystichum*.

TROMOMÓ

As seguintes formações vegetais ocorrem somente no Tromomó:

Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana ou do Início das Encostas

Caracteriza-se num sentido amplo, por apresentar densa população arbórea, com copas largas e bem desenvolvidas, atingindo até 25 a 30m de altura. Essa floresta sofreu, a partir de meados do século passado, intensa intervenção humana, sendo que alguns núcleos remanescentes passaram somente por um processo extrativo seletivo. O interior dessas florestas é bastante úmido e mal ventilado, rico em epífitas e espesso manto de detritos vegetais.

Ocorrência de espécies vegetais – Diferentes espécies de palmeiras, notadamente o palmito (*Euterpe edulis*), Guapuruvu (*Schyzolobium parahyba*), bocuva (*Virola oleifera*), pau-sangue (*Ptrocarpus violaceus*), guatambu (*Aspidosperma olivaceum*), laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), figueiras (*Ficus* sp.), estopeira (*Cariniana estrellensis*), licurana (*Hyeronima alchornea triplinervia*), canela-nhutinga (*Cryptocarya aschersoniana*), araribá (*Centrolobium robustum*), pinho-bravo (*Podocardus sellowii*), cedro (*Cedrela fissilis*), canjerana (*Cabralea canjerana*), maçaranduba (*Manilkara subsericea*), etc.

No andar intermediário: palmito, erva de macuco (*Posoqueria latilofia*), imbaúba, tabocuva ao seca-ligeiro (*Pera glabrata*), ingá-macaco (*Inga sessilis*), baga-de-morcego (*Guarea* sp.), cuvata (*Cupania* sp.), guamirins (*Gomidesia*, *Marlierea*, *Calypttranthes*, *Myrceugenia*, spp) e outras palmáceas dos gêneros *Cocos* (Jeriva), *Bactris* (tucum), *Attalea* (Indaiá) e *Astrocaryum* (brejaúva).

O estrato herbáceo – arbustivo é caracterizado principalmente pelos xaxins, caeté (*Calathea* sp.), caeté-banana (*Heleconia* sp.), erva-cidreira (*Hedyosmun brasiliense*) e erva-d'anta (*Psychotria* spp.), que em conjunto com abundantes bromeliáceas de hábitos terrestres, epífitas e lianas (notadamente

bignoniáceas, sapindáceas e leguminosas), aráceas epífitas (*Phylodendron* sp.), rubiáceas e melastomatáceas imprimem os aspectos mais vistosos do ambiente tropical da Floresta Atlântica.

Floresta Ombrófila Densa Montana ou do Meio das Encostas (acima de 500m a.n.m.)

Fisionomicamente muito semelhante às formações sub-montanas, difere, além do patamar altimétrico, pelas declividades mais acentuadas e pelo ambiente super úmido provocado pela elevação, resfriamento e precipitação das massas úmidas do oceano.

Ocorrência de espécies vegetais – A família das Lauráceas contribui significativamente para a composição e fisionomia das florestas Montana, dentre as quais duas espécies – a canela-preta (*Ocotea catharinensis*) e a canela sassafrás (*Ocotea pretiosa*), que, além de abundantes, foram intensamente exploradas pelo volume e valor comercial de suas madeiras.

A família das Leguminosas é representada por árvores de grande porte, com copas amplas e dominantes, ultrapassando os 20 m de altura. Destacam-se o Caóvi (*Newtonia glaziovii*) e o pau-d'óleo (*Copaifera trapezifolia*). São também freqüentes o guatambu, ipê-amarelo (*Tabebuia cf. alba*), licurana, canjerana, guapeva (*Pouteria torta*), baguaçu (*Talauma ovata*) e guarapirim (*Ventanea compacta*), entre outras.

O andar arbóreo intermediário é caracterizado pela gramimunha (*Weinmania* sp.), ingá-macaco, ingá-feijão (*Inga marginata*), baga-de-macaco (*Psoqueira letifolia*), almesca (*Protium kleini*), guaraperê (*Lamanolia speciosa*), guaramirins e canelas (*lauraceas*).

O estrato herbáceo-arbustivo mostra a presença generalizada de bromélias terrestres, acompanhadas de pteridófitas, malastomatáceas e rubiáceas, dentre as quais emerge comumente Guaricana (*Genoma schottiana*) e mais raramente, o palmito em regeneração. Como epífitas mais representativas, observa-se o cipó-imbé (*Phylodendron* sp.) e bromélias.

Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ou das Planícies Quartenárias

Esse tipo florestal é representado, em sua maior parte, por uma formação arbórea bem desenvolvida com elementos dominantes formando um dorsel denso e homogêneo em torno de 20 a 25 metros de altura. Em sua quase totalidade substituído por atividades antrópicas, ocupava as planícies dos rios que se interiorizam em direção aos contrafortes da serra.

Ocorrência de espécies vegetais – Contribuem para marcar a fisionomia e estrutura da floresta, as figueiras (*Ficus* sp.) e o guanandi (*Callophyllum brasiliense*), geralmente dominantes sobre solos mais úmidos e encharcados; em solos de melhor drenagem, a cupiúva (*Tapirira Guianensis*) assume posição de destaque.

Também participando do andar superior (20 a 25m), pode-se incluir a maçaranduba (*Manilkara subsericea*), ipê-da-várzea (*Tabebuia umbellata*), licurana (*Hyeronima alchorneoides*), embirussu (*Pseudobombax grandiflorum*), canela-lageana (*Ocotea pulchella*), bocuva (*Virola oleífera*), canela-nhutinga (*Cryptocarya ascersoniana*), e estopeira (*Cariniana estrellensis*) entre as mais expressivas e abundantes.

TROMOMÓ E ILHA DAS PEÇAS

A descrição das associações vegetais a seguir ocorrem tanto no entorno da Vila de Tromomó como na Ilha das Peças.

Mangue – os mangues são associações halófitas que se situam nas desembocaduras dos rios, baías e reentrâncias do mar, em solos lodosos onde a salinidade, por influência da maré, permite o estabelecimento de plantas seletivas.

Tanto próximo à Vila da Ilha das Peças como da Vila do Tromomó há enormes extensões de manguezais.

Ocorrências de espécies vegetais – Nesse ambiente desenvolve-se uma vegetação especializada, ora denominada por gramíneas (*Spartina* sp.) e amarilidáceas (*Crinum* sp.), atribuindo-lhe fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas dos gêneros *Rhizophora*, *Laguncularia* e *Avicennia*.

Sob influência fluvial – Ocorre no interior da Floresta Ombrófila Densa, portanto sem influência direta do oceano, definida por condições localizadas, geralmente sobre solos hidromórficos gleizados, cuja superfície é regularmente inundada pelo regime das águas pluviais.

Ocorrência de espécies vegetais – Caracteriza-se pela associação taboa/lírio-do-brejo, e por formações arbóreas, geralmente puras, constituindo os caxetais (*Tabebuia cassinoides*), em sua maioria já explorados consecutivas vezes em função da sua capacidade de rebrotar, embora nas áreas de difícil acesso se encontrem caxetais pouco explorados.

Sobre os solos mais desenvolvidos, com lençol freático pouco mais profundo, a caxeta atinge porte mais elevado, podendo existir um sub-bosque arbóreo diversificado, constituído de espécies seletivas como ipê-da-várzea, mangue-do-mato (*Clusia criuva*), caroba (*Jacaranda* sp.) jacarandá-lombriga (*Andira anthelmintica*), tapiá (*Alchornea triplinervia*), e o jacatirão (*Tibouchina reitzii*), entre outras. Na vegetação herbáceo-arbustiva, observa-se o caeté, a guapurunga (*Marlierea* sp.), erva-cidreira (*Hedyosmum brasiliense*), pteridófitas e bromeliáceas epífitas.

Florestas Ombrófila Densa Aluvial (2-10m a.n.m.)

Ao longo dos rios, entre vales e principalmente na planície litorânea, solos mais férteis (em função da deposição de detritos orgânicos) favorecem o estabelecimento de pujantes florestas aluviais densas. Na planície, onde as condições topográficas são favoráveis, as florestas encontram-se totalmente alteradas e em sua maior parte ocupadas por antigas áreas de pastagens de búfalos como no caso da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná – CAPELA, na Ilha das Peças e áreas abandonadas de agricultura de subsistência, tanto em Tromomó como na Ilha das Peças.

Ocorrência de espécies vegetais – De modo geral, predominam o tapiá, leiteiro (*Sapium guandulatum*), figueira branca (*Ficus gomelleira*), baguaçu (*Talauna ovata*), aguai (*Crhysophyllum* sp.), guacá-de-leite (*Chrysophyllum viridè*), guapuruvu, figueira de folhas miúdas (*Ficus enormis*), estopeira (*Cariniana estrellensis*), guamirim chorão (*Calyptanthus* sp.), laranjeira do mato e outras pertencentes à família das mirtáceas. Além dessas e em menor expressividade ocorre a canjerana (*Cabralea canjerana*), licurana (*Hyeronima alchorneoides*), cedro (*Cedrella fissilis*), limão-do-mato, guamirim-araçá (*Myrcia glabra*), carvoeiro (*Amaioua guianensis*), tajuva (*Clorophora tinctoria*), ingá (*Ingá* sp.), camboatá, e a guaçatunga, entre outras.

Sob influência edáfica

Rstinga – É também considerada uma associação vegetal bastante típica das formações litorâneas, que ocorre na Ilha das Peças. A restinga é um termo puramente geomorfológico. Ocupa geralmente locais específicos e bem definidos, ora justapostos aos “cordões praias”, sobre antigas dunas já estabelecidas (no caso da Ilha das Peças), ora como ambiente de transição entre as Formações Pioneiras sob Influência Flúvio-Marinha (os manguezais) e as formações da Floresta Ombrófila (úmida) Densa e que ocorre próximo a Vila do Tromomó.

Mesmo ocorrendo em ambiente úmido (ombrófilo) e constituindo uma associação arbórea densa (as copas das árvores se tocam formando um dossel contínuo), as restingas são classificadas como formações pioneiras, visto seu aspecto transitório ou antecessor da Floresta Ombrófila Densa.

Ocorrência – A fisionomia da restinga é marcada por um grupo de espécies tolerantes a essas condições dominadas pelo mangue-do-mato, pelas aquíferas *Iles theezans* e *I. microdonta* (caúnas),

cocão (*Erythroxylum cuspidifolium*), canela-lageana (*Ocotea pulchella*), gramimunha (*Weinmania* sp.), santa-rita (*Laplacea semiserrata*), jacarandá-lombriga, guamirim-vermelho (*Gomidesia spectabilis*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), e baga-de-tucano (*Byrsonoma ligustrifolia*). É raro ou ausente nesse ambiente e palmito.

O sub-bosque das áreas arborizadas de restinga é praticamente revestido de bromélias de hábito terrestre e epífitas, sendo grande a quantidade e variedade de orquídeas.

Vegetação secundária – Constitui um conjunto e comunidades vegetais que surgem imediatamente após a devastação da floresta (como por exemplo, pastagens para búfalos na Ilha das Peças e Tromomó), ou depois do abandono de terrenos cultivados por um período mais ou menos prolongado como nas áreas de agricultura de subsistência abandonadas, tanto na Ilha das Peças como no Tromomó.